



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
RELATÓRIO DE ESTÁGIO

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RISCO INERENTE COM
RECURSO À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – ESTUDO DE
CASO NUMA EMPRESA HOTELEIRA

AFONSO MIGUEL DOS ANJOS REIS



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

**IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RISCO INERENTE COM
RECURSO À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – ESTUDO DE
CASO NUMA EMPRESA HOTELEIRA**

AFONSO MIGUEL DOS ANJOS REIS

ORIENTAÇÃO:

**PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO CARLOS DE OLIVEIRA
SAMAGAIO**

DOUTOR JORGE FILIPE DEMÉTRIO RICARDO

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

- DF – Demonstrações Financeiras
- FSE – Fornecimentos e Serviços Externos
- IA – Inteligência Artificial
- ISA – International Standard on Auditing (Norma Internacional de Auditoria)
- IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
- IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
- RA – Risco de Auditoria
- RC – Risco de Controlo
- RDM – Risco de Distorção Material
- RI – Risco Inerente

RESUMO

O presente trabalho visa descrever as atividades realizadas no estágio curricular realizado na DFK & Associados SROC, Lda durante um período de 6 meses, no âmbito do Mestrado de Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais, do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade de Lisboa. Adicionalmente, neste trabalho é descrito um caso prático em que foi utilizada uma ferramenta de inteligência artificial, neste caso a versão premium do *ChatGPT*, para realizar uma tarefa de auditoria relacionada com a identificação e avaliação do risco inerente numa empresa do setor da hotelaria. A literatura aponta para a existência de benefícios e desafios associados à inteligência artificial no domínio da auditoria, existindo evidência de que algumas firmas de auditoria começaram um percurso de forte investimento nesta tecnologia para melhorar os trabalhos de auditoria. A integração da inteligência artificial na auditoria permite uma análise mais abrangente e eficiente dos dados o que pode ajudar na identificação das áreas com maior nível de risco inerente. Ao detetar padrões e exceções, a inteligência artificial contribui para uma melhor avaliação de transações complexas, fortalecendo a compreensão das diferentes áreas de negócio e das vulnerabilidades associadas às mesmas.

Palavras-Chave: Risco Inerente; Inteligência Artificial; Risco de Auditoria

ABSTRACT

The present work aims to describe the activities conducted during a curricular internship at DFK & Associados SROC, Lda, which lasted six months, undertaken as part of the Master's program in Accounting, Taxation, and Corporate Finance at the Lisbon School of Economics and Management, University of Lisbon.

In this study, I will present a practical case in which I utilized an artificial intelligence tool, specifically the premium version of ChatGPT, to identify and evaluate inherent risks in a company within the hospitality sector. The application of such AI tools has been growing significantly in our daily routines, with everyone adapting its use according to their specific needs. Although there remains a notable gap concerning the relationship between auditing practices and artificial intelligence, I strongly believe that, if appropriately applied, these tools can significantly enhance the efficiency and speed of audit processes.

On both a personal and professional level, the curricular internship represented a clear added value, facilitating my growth as an auditor and providing valuable insights into how diverse businesses across various sectors operate. This experience underscored the importance of teamwork, demonstrating that a well-organized and effectively led team can successfully achieve its established objectives.

Keywords: Inherent Risk; Artificial Intelligence; Audit Risk

ÍNDICE

Lista de Abreviaturas e Acrónimos	I
Resumo	II
Abstract	III
Índice	IV
Índice de Figuras	VI
Agradecimentos	VII
1. Introdução	1
2. Revisão da Literatura	3
2.1. Inteligência Artificial	3
2.2. Auditoria e risco	4
2.3. Inteligência Artificial e Auditoria	5
3. Apresentação da entidade e do estágio	7
3.1. Apresentação da entidade acolhedora do estágio	7
3.2. Apresentação do estágio	7
3.3. Descrição das atividades desenvolvidas	8
3.3.1. Fornecimentos e Serviços Externos	9
3.3.2. Estado e outros Entes Públicos	10
3.3.3. Gastos com o Pessoal	10
3.3.4. Clientes e Fornecedores	11
3.3.5. Ativos Fixos Tangíveis	12
3.3.6. Caixa e Depósitos Bancários	13
4. Estudo de caso	15
4.1. Caracterização da entidade	15
4.2. Caracterização do setor do turismo e da hotelaria em Portugal	16
4.3. As demonstrações financeiras da entidade	16
4.4. Análise do risco inerente – perspetiva tradicional	19
4.4.1. Risco do setor Hoteleiro e da Empresa	19
4.4.2. Áreas de risco das Demonstrações Financeiras	21
4.5. Análise do risco inerente – perspetiva do <i>ChatGPT</i>	25

AFONSO REIS | IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RISCO INERENTE COM RECURSO À
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

4.5.1.	Risco do setor Hoteleiro e da Empresa – ChatGPT.....	25
4.5.2.	Áreas de risco das Demonstrações Financeiras.....	27
4.6.	Principais conclusões e diferenças entre IA e Auditor.....	31
5.	Conclusão	33
	Referências Bibliográficas	35
	Anexos	37
	Anexo I – Plano de Estágio.....	37
	Anexo II – Demonstrações Financeiras – Outputs <i>ChatGPT</i>	39
	Anexo III – Matriz de Risco do Auditor	42
	Anexo IV – Matriz de Risco e áreas de risco – Output <i>ChatGPT</i>	43

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema representativo do cronograma de atividades com a distribuição temporal das tarefas propostas para o estágio.....	38
Figura 2 - Balanço ISEG-DFK.....	39
Figura 3 - Demonstração de Resultados ISEG-DFK.....	40
Figura 4 - Variações nas rubricas de Balanço e Demonstrações de Resultados	41
Figura 5 - Matriz de risco - perspectiva tradicional	42
Figura 6 - Matriz de risco - perspectiva <i>ChatGPT</i>	43

AGRADECIMENTOS

Ao professor Doutor António Samagaio, por se ter disponibilizado a orientar este meu percurso e pelo apoio e disponibilidade.

À DFK, pela oportunidade que me foi dada de realização do estágio curricular, visto que nunca tinham tido uma experiência assim na empresa, o que se tornou desafiante para eles também. Aos meus colegas de equipa, em especial à Susana Rato, à Maria Sousa e ao Miguel Veloso, que me acolheram da melhor maneira possível. Um obrigado especial ao Jorge Ricardo que desde o início se mostrou interessado em ajudar-me a elaborar o relatório e fez de tudo para que nada me faltasse. Aos meus amigos, por todos os conselhos, pela amizade e por todos os momentos que proporcionaram para “fugir” às alturas de mais trabalho e stress.

Aos meus avós e tios, pela força e apoio que me deram constantemente desde que ingressei nos estudos.

À minha namorada, que me acompanha sempre com um sorriso e me apoia nos momentos em que estou mais em baixo e desmotivado, mas que, de alguma forma, consegue sempre contagiar-me a alegria que transmite.

Aos meus pais e irmão, a quem não tenho palavras suficientes para lhes agradecer por tudo o que fazem por mim e por me transmitirem, desde pequeno, que nada na vida se consegue sem algum sacrifício. Estarei eternamente grato por tudo o que me proporcionam, espero um dia conseguir compensar.

Não menos importante e, apesar de não ser uma pessoa, não poderia deixar de agradecer à Stella, o nosso bulldog francês, que funcionou como um peluche antisstress nos momentos de maior tensão.

Sem vocês nada disto seria possível!

Obrigado a todos!

1. INTRODUÇÃO

A auditoria financeira é uma função essencial para a credibilização das demonstrações financeiras apresentadas pelas diferentes entidades. Para isso, o auditor expressa uma opinião independente sobre a veracidade e a conformidade da informação financeira com os normativos contabilísticos aplicáveis. A identificação e a avaliação do risco de distorção material, em particular do risco inerente, constitui uma etapa fundamental no processo de auditoria com implicações tanto no planeamento e a execução dos procedimentos adicionais de auditoria como no relatório de auditoria (e.g. Seção das Matérias Relevantes em Auditoria).

O risco inerente refere-se à suscetibilidade de uma asserção contida nas demonstrações financeiras poder estar distorcida de forma material antes de considerar qualquer controlo interno relacionado (International Auditing and Assurance Standards Board [IAASB], 2024a). Segundo a International Standard on Auditing (ISA) 315, este risco resulta da combinação da complexidade, subjetividade, julgamento significativo ou suscetibilidade à fraude presentes em certas transações ou saldos contabilísticos (IAASB, 2024b). A correta identificação do risco inerente requer um conhecimento aprofundado do modelo de negócio da entidade, do seu setor de atividade e dos fatores de risco associados. Tradicionalmente, os auditores baseiam-se em entrevistas, questionários, análises documentais e na sua própria experiência e julgamento profissional para realizar esta avaliação. Contudo, estes métodos podem revelar-se insuficientes para enfrentar os desafios colocados por sistemas altamente automatizados, operações descentralizadas e o processamento de grandes volumes de dados, o que aumenta a probabilidade de que certos fatores potenciadores do risco inerente passem despercebidos.

Num contexto organizacional cada vez mais complexo e marcado pela disponibilidade massiva de dados, a Inteligência Artificial (IA) surge como uma ferramenta promissora para reforçar a eficácia e a eficiência da auditoria, permitindo uma abordagem mais dinâmica e orientada por dados na identificação e avaliação do risco inerente. A IA assume um papel de diferenciador, visto que tem a capacidade de através de sistemas computacionais executar tarefas que normalmente requerem inteligência humana. Técnicas como o *machine learning*, *data mining* e *natural language processing* permitem analisar grandes conjuntos de dados transacionais e não transacionais de forma contínua e automatizada, contribuindo para a identificação de discrepâncias, correlações invulgares ou padrões que possam estar associados a riscos de distorção material. A integração de ferramentas de IA no processo de auditoria pode transformar o papel do auditor numa profissão mais de revisão de papéis de trabalho e de procedimentos, passando de uma abordagem reativa para uma abordagem mais proativa (Appelbaum et al., 2017).

Contudo, a adoção destas tecnologias não está isenta de desafios. Existem preocupações relacionadas com a qualidade dos dados utilizados para treinar os algoritmos e a responsabilidade ética e profissional dos auditores ao utilizarem outputs gerados por sistemas de IA. Como referem Sutton et al. (2016), a confiança nos sistemas de IA depende não só da sua precisão técnica, mas também da sua transparência e da capacidade dos auditores em compreenderem e explicarem os resultados obtidos.

O presente trabalho consiste em descrever as atividades realizadas no âmbito do estágio curricular desenvolvido na área de auditoria na DFK & Associados, SROC, Lda e a aplicação de um caso prático onde irá ser identificado e avaliado o risco inerente de uma empresa do setor hoteleiro com recurso ao *ChatGPT*. Adicionalmente, o trabalho procura identificar as diferenças nos resultados alcançados pelo sistema de IA face aos verificados no processo de auditoria tradicional usado na firma de auditoria. A Deloitte, Ernst & Young, PricewaterhouseCoopers e KPMG têm vindo a efetuar investimentos significativos em sistemas de aplicação de IA, com objetivo de criar o máximo de valor possível para os seus clientes (Cruz et al., 2020). Segundo os mesmos autores, as organizações com estratégias digitais bem definidas e implementadas terão vantagem ao aplicar IA aos seus contextos. As firmas de auditoria de dimensão mais reduzida partem em desvantagem nesta área, muito devido ao elevado investimento que é necessário para obter estes softwares de IA integrados na empresa e à capacidade que as maiores firmas já têm em termos de infraestruturas tecnológicas (Rikhardsson et al., 2022). Este trabalho pretende mostrar que, mesmo as empresas que não são da dimensão das *Big Four*, podem, de uma forma mais lenta, integrar softwares de IA para tornar o trabalho de auditoria mais eficiente

Este trabalho final de mestrado está estruturado em cinco capítulos. Após este capítulo introdutório, o segundo capítulo versa sobre o que existe em termos de literatura e de papel científico sobre os temas do relatório, neste caso IA, auditoria e o que tipos de IA estão a ser aplicados em empresas de auditoria. No terceiro capítulo é descrito a empresa que promoveu o estágio, bem como as atividades que foram realizadas durante os 6 meses. O quarto capítulo trata do caso prático em si em que se faz uma comparação entre a matriz de risco inerente utilizada tradicionalmente pela DFK e os outputs que o *ChatGPT* fornece e se concluiu sobre os resultados e diferenças obtidos de modo a apurar se a IA pode ser útil para analisar e identificar o risco inerente. No último capítulo é apresentada a conclusão do trabalho.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Inteligência Artificial

A IA é, atualmente, uma das ferramentas mais práticas e revolucionária em diferentes áreas, sendo que cada vez mais, as empresas investem em tecnologias de informação, por acreditarem que se conseguem posicionar melhor no mercado se tiverem uma maior facilidade com as ferramentas ligadas com a IA. A IA tem aplicações que se estendem pelos mais variados domínios, como por exemplo no setor da saúde em que existem softwares capazes de análise de exames médicos e personalizar tratamentos específicos para os doentes (AI Index Steering Committee, 2024).

A IA é uma parte importante da ciência computacional, sendo que o seu principal propósito é imitar, reforçar e expandir a inteligência humana através de computadores ou dispositivos controlados por um computador (Ruixue, 2025). Para melhor explorar o conceito de IA, é necessário recuar até à década de 50 do século passado em que Alan Turing através do “Teste de Turing”, conseguiu demonstrar a capacidade de uma máquina em simular a inteligência humana. Nos últimos anos, o crescimento da utilização e do desenvolvimento de várias ferramentas que têm integradas a IA tem sido abismal, sendo que se destacam, os avanços significativos no *Machine Learning* e, também, no campo de processamento de linguagem natural.

Impulsionado pelo crescimento exponencial do poder computacional e da disponibilidade de grandes volumes de dados, o *Machine Learning* dedica-se a ensinar os computadores a aprenderem com dados e a melhorarem com a experiência que vão adquirindo, em vez de serem programados para apenas uma função (Goodfellow et al., 2016). No *Machine Learning*, os algoritmos são treinados para encontrarem padrões e correlações em grandes conjuntos de dados e para tomarem as melhores decisões e fazerem as melhores previsões com base nessa análise. As aplicações de *Machine Learning* melhoram com a utilização e, a quantos mais dados tiverem acesso, mais exatas se tornam. Pode ser associado ao *Machine Learning* o conceito de *Deep Learning* que, de acordo com LeCun et al. (2015), se tem destacado por seu desempenho em reconhecimento de imagens, processamento de linguagem natural e tomada de decisões autônomas.

No campo do processamento de linguagem natural, modelos como o GPT-3 (Brown et al., 2020) e, posteriormente, o GPT-4 demonstraram capacidades avançadas na geração e compreensão de texto, com aplicações que vão desde assistentes virtuais até à análise automatizada de documentos legais (Bender et al., 2021). No entanto, a literatura científica continua a debater amplamente as questões dos enviesamentos dos algoritmos e da transparência destes modelos (Raji et al., 2020). Apesar das vantagens evidentes, os dilemas éticos, a

privacidade dos dados e os impactos sociais permanecem como temas de debate contínuo. A necessidade imperativa de regulamentação e de princípios que assegurem um desenvolvimento responsável da IA tem sido objeto de análise por parte de vários investigadores (Floridi et al., 2018). Neste âmbito, observa-se um esforço global para o desenvolvimento de diretrizes éticas, como as propostas pela União Europeia e pela UNESCO. A capacidade da IA para analisar dados em massa levanta preocupações sobre a privacidade e a sensação de insegurança em que os dados pessoais das pessoas passem a ser transacionáveis (Zuboff, 2019). Além destas preocupações, relativamente à proteção de dados, existem preocupações crescentes relativamente à substituição de vários postos de trabalho por dispositivos automatizados por IA e, em alguns casos, com o aparecimento da IA, existem profissões que passam por um processo de transformação, sendo necessário uma requalificação da força de trabalho (Brynjolfsson e McAfee, 2014).

2.2. Auditoria e risco

O risco de auditoria (RA) refere-se à possibilidade de um auditor emitir uma opinião inadequada sobre as demonstrações financeiras quando estas estão materialmente distorcidas, seja devido a distorções materiais não detetadas no decurso do trabalho ou a falhas no processo de auditoria. De acordo com a *International Standard on Auditing* (ISA) 200, o RA é determinado por três elementos principais (IAASBa, 2024): o risco inerente (RI), o risco de controlo (RC) e o risco de deteção (RD).

O RI consiste na “susceptibilidade de uma asserção relativa a uma classe de transações, saldo de conta ou divulgação a uma distorção que possa ser material, individualmente ou agregada com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controlos relacionados” (IAASB, 2024a, p. 108). Por sua vez, o RC está relacionado com a probabilidade da ocorrência de uma distorção relativa a uma classe de transações, saldo de conta ou divulgação e que possa ser material, individualmente ou agregada com outras distorções, não seja evitada ou detetada e corrigida em tempo oportuno pelo controlo interno da entidade” (IAASB, 2024a, p. 108). O RD por sua vez é designado pelo “risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria para um nível aceitavelmente baixo não detetem uma distorção que existe e que possa ser material, quer individualmente quer quando agregada a outras distorções” (IAASB, 2024c, p. 17). Os dois primeiros elementos constituem o risco de distorção material (RDM), ou seja, o risco de as demonstrações financeiras estarem materialmente distorcidas anteriormente à auditoria. Assim, o risco de auditoria pode ser apresentado como:

$$RA = RDM \times RD = RI * RC * RD$$

O RA é influenciado conjuntamente pelos RDM e RD, no sentido em que o RD e o nível combinado do RI com RC apresentam uma relação inversa entre eles. Assim, quando estes dois

últimos são baixos, o auditor pode aceitar o RD mais alto e ainda assim consegue manter o RA a um nível aceitavelmente baixo, com o objetivo de reduzir a extensão dos testes por si realizados. Por outro lado, quando o RDM é elevado, o auditor deve realizar procedimentos de auditoria em quantidade suficiente de modo a que o RD seja reduzido, de modo a que o RA se mantenha num nível consideravelmente baixo e aceitável.

A ISA 315 enfatiza a necessidade de uma abordagem baseada em riscos, na qual o auditor deve identificar e avaliar os riscos de distorção material, tanto ao nível das asserções quanto ao nível das demonstrações financeiras como um todo. Para esse efeito, a ISA 315 estabelece um processo iterativo e dinâmico que envolve os seguintes elementos (IAASB, 2024b):

- compreender a entidade e o seu ambiente (e.g. indústria, regulamentação, operações, estrutura societária e propriedades da empresa);
- identificar o sistema de relato financeiro aplicável à Entidade auditada;
- conhecer o sistema de controlo interno da Entidade auditada.
- identificar e avaliar os riscos de distorção material ao nível das asserções e das demonstrações financeiras como um todo.

Para além destes aspetos exigidos ao auditor, esta norma destaca a importância de serem considerados fatores qualitativos, como a complexidade das transações, a subjetividade nas estimativas contabilísticas e a potencialidade para a fraude. É necessária, então, que haja uma abordagem personalizada e adaptada às necessidades de cada entidade auditada.

Segundo Knechel e Salterio (2016), um dos principais desafios ao fazer uma auditoria é a dificuldade na identificação de riscos em certas entidades devido à existência de operações mais diversificada, ou por estarem em setores altamente regulamentados ou, até mesmo, pela inexistência de dados históricos ou a presença de dados incompletos e poucos relevantes, que aumentam o grau de dificuldade de uma avaliação mais precisa dos riscos. Outro desafio é a subjetividade inerente à avaliação de riscos, especialmente quando se trata de estimativas contabilísticas ou de eventos futuros incertos. O parágrafo A7 da ISA 315 exige que os auditores tenham julgamento profissional no seu trabalho, o que pode levar a inconsistências na avaliação e na identificação de riscos entre auditores ou equipas de auditorias (IAASB, 2024b).

2.3. Inteligência Artificial e Auditoria

O crescimento exponencial da IA não deixa nenhum setor de atividade indiferente, sendo que a sua integração nos processos de auditoria cria oportunidades e permite olhar para algumas questões de auditoria de uma forma diferente da que os profissionais da área estão habituados. De

facto, os profissionais que trabalham na área da auditoria sentem uma necessidade de se adaptar aos novos avanços desencadeados pela IA (Chauhan, V. et al., 2023). A IA promove vários benefícios em termos de eficiência e precisão na auditoria, sobretudo através da aplicação de algoritmos de *machine learning* e de técnicas de processamento de linguagem natural, visto que estas ferramentas permitem que sejam analisados grandes quantidades de dados com muita rapidez e de forma que consigam identificar padrões e anomalias que não seriam visíveis ao olho comum do auditor (Leocárdio et al., 2024). Outra oportunidade que a IA traz à auditoria é a capacidade de tratar do processo da análise documental e de dados que não estão estruturados ou organizados e que, normalmente, levariam o auditor a ter um trabalho mais demorado e que, por vezes, poderia conter alguns erros e falhas. Deste modo, a IA poderá ficar com tarefas mais “rotineiras” e o auditor passar a ter um papel mais centrado na análise de riscos e na supervisão crítica do trabalho realizado pela IA. De acordo com Earley, C.E. (2015), modelos preditivos treinados com dados de auditorias anteriores podem auxiliar na identificação precoce de áreas de maior risco inerente, permitindo uma afetação mais eficaz dos recursos e um planeamento mais robusto da auditoria. Além disso, a IA facilita a auditoria contínua (*continuous auditing*), permitindo aos auditores monitorizar em tempo real as transações e indicadores-chave de risco.

Algumas empresas de auditoria, mais concretamente, as *big four*, têm vindo, nos últimos anos, a investir fortemente na digitalização e automatização da auditoria que incorporam a IA para promover a recolha, tratamento e a análise de dados financeiros e operacionais. São exemplos a *Halo* e a *Omnia*, plataformas utilizadas pela *PwC* e a *Delloite*, respetivamente, que permitem identificar mais eficientemente e rapidamente incongruências contabilísticas, riscos associados a várias rubricas das demonstrações financeiras, reconciliações bancárias incorretas, entre outros aspetos críticos e importante para se realizar uma auditoria que se tornam mais rápidas com o uso destas ferramentas.

A IA na auditoria enfrenta vários desafios, especialmente, relacionados com a transparência visto que este é um fator crítico para a auditoria, tendo em conta que ao fazer o tratamento dos dados que lhe são fornecidos, não existe a certeza de que estes não estão a ser divulgados para fora ou rastreados de alguma maneira. Obviamente, que uma das soluções para colmatar este desafio é a necessidade das empresas ou, até mesmo dos auditores, desenvolverem competências técnicas para que seja possível trabalhar de forma mais eficaz e segura com as ferramentas de IA.

3. APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE E DO ESTÁGIO

3.1. Apresentação da entidade acolhedora do estágio

A entidade que promoveu e apoiou o estágio foi a DFK & Associados SROC, Lda, uma sociedade por quotas com sede em Miraflores, Oeiras, na Rua Dr. António Loureiro Borges 9/9^a 10^o, que opera no setor da prestação de serviços de Auditoria, Consultoria e Fiscalidade. O estágio decorreu na Divisão de auditoria da DFK. A DFK está inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 149 e junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o n.º 20161460.

A DFK & Associados SROC, Lda é membro da DFK Internacional, uma associação líder de firmas independentes de auditoria, consultoria e fiscal e de gestão que oferece soluções de confiança a clientes presentes em mais de 100 países, contando com cerca de 220 entidades filiadas na rede. Segundo a AccountancyAge (2022), a DFK Internacional faz parte do top 10 das associações e alianças internacionais de firmas independentes de auditoria, outsourcing e business *advisors*. Nesta rede internacional fazem parte as *member firms*, referidas anteriormente, e *correspondent members*, independentes entre si, que se encontram agrupadas em três regiões, e em certos casos em grupos nacionais, com o objetivo de promover a colaboração e desenvolver as práticas dos membros da rede através da troca de conhecimento em benefício da qualidade do serviço prestado aos clientes.

A DFK Portugal conta com uma equipa de mais de 60 colaboradores nas diversas áreas de negócio onde atua, sendo que desenvolve a sua atividade desde 1997 e integrada desde 1999 na DFK Internacional como member firm. A DFK Portugal divide-se em oito equipas: uma equipa na área de *advisory*, uma equipa de suporte administrativo, uma equipa na área de *tax* e cinco equipas na área de auditoria. A equipa que integrei liderada pelo Business Partner, Dr. Jorge Ricardo, contava, para além de mim, com um *manager*, dois *senior's* e dois *consultant's*. Adicionalmente, a empresa procura manter relações duradouras e de confiança com os seus clientes, o que permite ter um valor acrescentado muito relevante pelo conhecimento dos setores de atividade e das organizações que serve.

3.2. Apresentação do estágio

O estágio teve início no dia 1 de setembro de 2024, decorrente do processo de contratualização entre a DFK e o ISEG, bem como dos discentes selecionados pela empresa, em que está assente o plano de estágios (Anexo I), elaborado pelo orientador da entidade e aprovado pela comissão científica e pedagógica do mestrado. Desta forma, o estágio decorreu maioritariamente nas instalações dos clientes, mas também nos escritórios da DFK, tendo findado a 12 de março de 2025.

3.3. Descrição das atividades desenvolvidas

As atividades desenvolvidas ao longo dos 6 meses de estágio vão ao encontro do que estava proposto inicialmente no cronograma de atividades (Anexo I – figura 1), sendo que durante o mês de setembro fui sujeito a várias formações para uma melhor compreensão da forma como a equipa e a empresa trabalhavam e também ficar a par dos programas que a empresa utilizava. A DFK utiliza para a realização do trabalho de auditoria o software *CaseWare Working Papers* que permite o tratamento das demonstrações financeiras disponibilizadas pelos clientes, garantindo conformidade com o normativo de auditoria e contabilístico aplicável. Este software tem como principais funcionalidades:

Gestão e partilha dos papéis de trabalho: o software facilita o armazenamento de dados e promove a colaboração entre os membros da mesma equipa em tempo real;

Identificação e gestão de riscos: o *CaseWare* permite a avaliação das diferentes componentes do risco de auditoria e apoia o cumprimento das normas de auditoria.

A DFK utiliza este software desde 2016, contudo o meu estágio coincidiu com um período em que a empresa alterou a sua forma de trabalhar com o *CaseWare*. A partir de setembro/outubro todos os trabalhos realizados passaram a ser feitos e criados na *cloud*, sendo que eram inseridos na *cloud* os trabalhos realizados referentes ao período de 2023. Uma das grandes vantagens da *cloud* é a facilidade e rapidez de acesso aos papéis de trabalho, enquanto antigamente, com a utilização de uma rede conjunta, existiam alguns problemas na abertura de uma cópia do trabalho devido à sua dimensão. Uma das formações iniciais incidia precisamente sobre a transferência dos trabalhos de auditoria de 2023 e 2024 criados apenas na rede para a *cloud*, de forma a existir uma maior uniformização dos trabalhos.

Para além do *CaseWare*, na realização dos trabalhos de auditoria também são utilizados os softwares: *ASD Confirmation*, para a realização de circularização eletrónicas, de forma a confirmar os saldos dos clientes, fornecedores, bancos, seguradoras e outros; *PEPData* que consiste num software de regulação, ao serviço da prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo, que permite identificar se os clientes contratados são Pessoas Politicamente Expostas.

Os meses de setembro e outubro, foram essencialmente passados a fazer trabalho mais administrativo e de organização de pastas na rede, bem como, a rever o que era necessário pedir, em termos de documentos, aos clientes para realização das auditorias sobre as demonstrações financeiras com o período de relato de 31 de dezembro de 2024.

A partir do mês de novembro e até ao final do estágio participei ativamente em vários projetos de auditoria em clientes de diversas indústrias e setores, com a equipa liderada pelo business partner Jorge Ricardo, onde pude ganhar alguma experiência como auditor e aprender com os mais experientes na área, como é que se deve realizar uma auditoria. Desde então, que comecei a executar diferentes procedimentos de auditoria incidentes sobre diversas rubricas do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas de várias empresas. De seguida, serão detalhados alguns dos procedimentos de auditoria realizados.

3.3.1. Fornecimentos e Serviços Externos

A conta de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) reconhece os gastos com bens consumidos e serviços prestados à empresa por parte de fornecedores externos e que fazem parte do ciclo de exploração, como por exemplo, rendas, publicidade, eletricidade, limpeza, comissões, entre outros.

O principal objetivo na análise consiste em validar se existem gastos por registar ou mal registados. Os riscos associados a esta conta incluem: o risco de existirem gastos não registados nas contas da entidade (asserção plenitude); o risco de existirem transações registadas no período incorreto (asserção corte); o risco dos gastos não terem ocorrido e não se enquadrarem na atividade da empresa (asserção ocorrência); e o risco dos gastos não estarem registados pelo montante correto (asserção rigor).

Primeiramente, é realizada uma revisão analítica comparativamente ao período homólogo anterior, onde é efetuada uma análise de cada sub-conta significativa e das outras contas de forma a identificar gastos incorretamente registados. De seguida, é efetuada uma revisão analítica por fornecedor em que é possível de identificar os diversos movimentos que existiram com os mesmos ao longo do período em análise e verificar se existem periodicidades com os fornecedores dos clientes e concluir se essas periodicidades fazem sentido tendo em conta a atividade do cliente. Um dos procedimentos recorrentes na análise dos FSE's é a análise documental de faturas de gastos através da seleção de uma amostra realizada ao extrato contabilístico da empresa. Normalmente, são selecionadas as faturas de maior valor e, também, faturas de gastos que se verificam periodicamente, como por exemplo, gastos com a água, luz, entre outros. Para além, desta análise documental, são escolhidos alguns fornecedores e são retirados do Portal das Finanças os movimentos do período com esse fornecedor e realiza-se a confrontação dos movimentos presentes no E-Fatura com os movimentos presentes na contabilidade.

3.3.2. Estado e outros Entes Públicos

A conta de Estado e outros Entes Públicos reflete os saldos pendentes com a Autoridade Tributária e com a Segurança Social. Apesar de por vezes não apresentar saldos quantitativamente materiais, esta rubrica é sempre analisada em todos os trabalhos de auditoria em virtude da responsabilidade que a lei atribui ao Revisor Oficial de Contas nesta matéria. O principal objetivo da análise desta conta é verificar se a empresa cumpre as suas obrigações fiscais, se tem ou não dívidas com a Autoridade Tributária e Segurança Social (asserção existência) e se todos os montantes devidos pela empresa estão registados na contabilidade (asserção plenitude).

No decurso do estágio, os procedimentos de auditoria executados incidiram sobretudo sobre o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), a taxa social única, o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS). Para iniciar o trabalho nesta conta, a solicitava ao cliente que este disponibilizasse o acesso ao portal das finanças ou que este, no caso de preferir não divulgar as credenciais, enviasse os elementos solicitados, nomeadamente, a Modelo 22 relativa ao IRC e a respetiva nota de liquidação do imposto relativamente ao ano anterior ao que estava a ser analisado, a Declaração da Informação Empresarial Simplificada (IES), os movimentos financeiros relativamente ao IVA e Segurança Social, as Declarações Mensais de Remunerações (DMR), as Declarações Mensais da Retenção na Fonte e as Declarações Periódicas do IVA, todos este referente ao ano em análise. Para além destes elementos, ainda são necessários para a conclusão da auditoria nesta área, o comprovativo que a Entidade auditada não apresenta nem dívidas nem infrações fiscais à Autoridade Tributária, bem como, a certidão de não dívida à Autoridade Tributária e à Segurança Social.

Após obtenção destes elementos são realizados testes de verificação de que os movimentos da contabilidade refletem o que está registado no portal das finanças e, no caso de existir diferenças, é necessário perceber junto da contabilidade se existe algum pagamento em falta ou se foram efetuados movimentos na contabilidade que não correspondem ao que a Autoridade Tributária tem no portal.

3.3.3. Gastos com o Pessoal

A conta de Gastos com o Pessoal inclui os gastos referentes aos benefícios concedidos aos órgãos sociais e funcionários da Entidade auditada (e.g. remunerações, subsídio de alimentação, bónus e prémios, indemnizações, ajudas de custo) e respetivos encargos obrigatórios por conta da entidade patronal (e.g. seguros, encargos com a segurança social). Nesta conta existe o risco da entidade poder incluir no processamento salarial pessoas que não fazem parte do seu quadro de pessoal (asserção ocorrência), o risco de o gasto não estar registado no período

contabilístico correto (asserção corte) e o risco de existirem gastos não registados ao longo do ano (asserção plenitude). É solicitado ao cliente o mapa de vencimentos mensal do ano em análise e cinco recibos de vencimento e fichas de cadastro aleatoriamente para analisar os processamento e pagamento aos funcionários do cliente.

Os principais testes realizados a esta conta são os seguintes: i) o teste ao processamento salarial, em que é verificado se os registos efetuados na contabilidade estão de acordo com os processamentos salariais no ano em análise; ii) teste aos recibos e fichas de cadastro no âmbito de verificar se as taxas de retenção de IRS e da Segurança Social, bem como o subsídio de alimentação, se encontra dentro dos limites fiscais; iii) o teste às remunerações que consiste em identificar o montante base das remunerações no processamento salarial de um mês específico, normalmente o de dezembro e, multiplicar esse valor por 14 meses (11 meses de salário com o mês de férias e os subsídios de natal e férias); iv) o teste aos encargos sociais consiste em multiplicar as remunerações sujeitas a segurança social pela taxa em vigor de 23,75%. Adicionalmente, é realizado o teste às remunerações a processar no ano seguinte relativas ao mês de férias e subsídio de férias, cuja despesa normalmente encontra-se reconhecida na conta #2722 Credores por Acréscimos de Gastos. O cálculo da estimativa pela DFK é normalmente feito com base nos vencimentos do mês de dezembro do ano em análise sendo que o mesmo é multiplicado por 1,2375 (taxa em vigor da Segurança Social) e consequentemente, multiplicado por 2 (equivalente ao subsídio de férias e mês de férias). O valor da estimativa deve coincidir com o valor reconhecido no Balanço. Contudo, no caso de existirem diferenças, deverá ser solicitado a estimativa realizada pela cliente de forma a verificar se o cliente apresenta o passivo sobreavaliado ou subavaliado.

3.3.4. Clientes e Fornecedores

As contas de Clientes e de Fornecedores têm um risco associado à sobrevalorização (asserções da existência e rigor, valorização e imputação) subvalorização (asserções da plenitude e rigor, valorização e imputação) de saldos, respetivamente. Geralmente, a DFK solicita à entidade auditada que disponibilize os mapas de antiguidade de saldos dos clientes e dos fornecedores, bem como os movimentos que se encontram em aberto, de forma a averiguar se os saldos são ou não recuperáveis. Com estes mapas de antiguidade, também, é possível comparar os saldos do balancete contabilístico com os saldos presentes nos mapas de gestão e verificar se os valores cruzam.

Um dos procedimentos substantivos que a DFK também efetua é a confirmação externa junto dos clientes e dos fornecedores de forma que se realize a confrontação do saldo que se recebe da resposta do cliente/fornecedor com o saldo contabilístico. Através do balancete

contabilístico selecionam-se os clientes e fornecedores com saldos mais significativos e envia-se a carta a esse terceiro. Após a circularização do terceiro podemos estar perante três cenários:

- Resposta concordante: o valor da resposta do saldo do terceiro coincide com o saldo da contabilidade;
- Resposta não concordante: o valor da resposta do saldo do terceiro não coincide com o valor da contabilidade e a DFK solicita a reconciliação da divergência à entidade auditada;
- Resposta não obtida:
 - no caso de fornecedores, é enviada uma 2ª via ao mesmo e, se não for obtida resposta, é necessário que se verifiquem se as entradas de material subsequentes dizem respeito a faturas que deveriam ter sido registadas no exercício;
 - no caso de clientes: é enviada uma 2ª via ao mesmo e, no caso de não obter resposta, obtém-se uma decomposição detalhada do saldo do cliente e verifica-se quais as faturas que foram liquidadas entre a data de circularização e a data em que está a ser efetuada a análise. No caso de existirem faturas que não foram liquidadas, realiza-se a análise da antiguidade da mesma e procede-se à verificação das notas de encomenda e guias de remessa assinadas pelo cliente de forma a confirmar a receção de mercadoria por parte do cliente.

3.3.5. Ativos Fixos Tangíveis

A conta de Ativos Fixos Tangíveis engloba todos os imóveis, viaturas, equipamentos e outros tipos de equipamentos detidos pela empresa e utiliza na sua atividade operacional. Os principais riscos nesta conta são os seguintes: se os equipamentos estão em imparidade e se é provável que gerem benefícios económicos (asserção do rigor, valorização e imputação); o cálculo das depreciações e da vida útil ser o mais adequado (asserção do rigor, valorização e imputação); o grau de operacionalidade dos ativos em curso (asserções da classificação e do rigor, valorização e imputação); e se todos os itens registados nesta conta existem e são efetivamente enquadráveis nesta rubrica (asserções da existência e classificação).

Inicialmente, é realizada uma revisão analítica de forma a verificar as evoluções das diferentes sub-rubricas da conta e, de modo a validar as adições, os abates e as alienações de imobilizado é efetuada a análise documental, através da análise das faturas de venda/alienação e do mapa de mais/menos-valias e abates. É efetuado o teste às depreciações utilizando uma folha

de apoio com as taxas máximas do Decreto-Lei 25/2009, de 14 de setembro, em que com base no imobilizado da modelo 32 (mapa de depreciações e amortizações), testa se as taxas de depreciação aplicadas estão conforme o Decreto-Lei 25/2009. Normalmente, este teste é realizado através de uma amostragem com um valor significativo da conta de Ativos Fixos Tangíveis.

De acordo com as normas contabilísticas nacionais e internacionais, os bens devem permanecer registados numa conta de investimentos em curso (não sendo objeto de depreciações) durante a sua fase de construção/instalação, ou seja, durante o período em que os mesmos não gerem benefícios económicos para a empresa decorrentes da sua utilização. Desta forma, de modo que o objetivo de auditoria seja assegurado, deverão ser questionados os responsáveis operacionais pelos vários projetos sobre o seu grau de utilização à data de fecho de cada período.

Através do site do portal das finanças é possível retirar a listagem fiscal e a listagem dos veículos que estão em nome da empresa e com essa listagem é possível fazer o cruzamento com o que efetivamente está registado na contabilidade, sendo que este é outro dos testes realizados.

3.3.6. Caixa e Depósitos Bancários

A classe dos Meios Financeiros Líquidos engloba as contas de Caixa, Depósitos à Ordem, Outros Depósitos Bancários e Outros Instrumentos Financeiros. Apesar de durante o estágio ter realizado os procedimentos em todas as áreas, não irei abordar a conta de Caixa, visto que esta rubrica era sempre analisada por alguém com maior experiência profissional devido ao risco de fraude. Sendo assim, em todos os clientes, os depósitos bancários eram analisados, visto ser uma das contas com muitas movimentações e este número elevado de transações acarreta com um risco inerente mais elevado. Desta forma, os depósitos bancários são uma área de grande importância, pois pode estar sujeita ao uso indevido por parte de membros do órgão de gestão da entidade auditada.

Os procedimentos substantivos utilizados para obter prova de auditoria suficiente e apropriada para esta conta era, essencialmente, a análise das reconciliações bancárias e as confirmações externas junto das instituições de crédito. Inicialmente, realizava a análise de todos os bancos onde a empresa tinha conta e fazia a confrontação do saldo contabilístico com o saldo bancário de forma a verificar se este encontrava-se concordante. Posteriormente, são enviadas cartas de circularização a todos os bancos onde o cliente tinha conta a solicitar, com referência a 31 de dezembro do ano em que se encontra a realizar a auditoria, os saldos de todos os depósitos bancários, dos instrumentos financeiros e dos empréstimos que a entidade auditada tem com esse banco, bem como as informações gerais como o número da conta, a data de abertura da conta e de encerramento e também, no caso da empresa ter financiamentos, os planos financeiros associados aos mesmos. Através destas informações obtida, é realizada a confrontação com os saldos dos balancetes e do extrato contabilístico. Em algumas situações, o saldo da resposta não

coincidia com o saldo contabilístico por haver movimentos a débito ou a crédito no banco não contabilizados pela entidade auditada e/ou vice-versa. Nestas circunstâncias, solicitava à entidade auditada o envio de reconciliações bancárias, que deviam estar em concordância com a contabilidade e com os extratos bancários. Assim, era possível testar os itens em aberto, ou seja, compreender o motivo da sua existência e a sua antiguidade. A maioria destas situações identificadas eram relativas a pagamentos/recebimentos em trânsito, sendo crucial validar se a entidade os registou corretamente.

Outro dos testes realizados consistia na confrontação das contas bancárias que estão registadas na contabilidade com as contas que estão presentes no mapa obtido da Base de Dados de Contas gerido pelo Banco de Portugal. Este mapa permite ver todas as contas que a entidade auditada já teve ao longo da sua atividade, estando elas abertas ou encerradas, logo é possível ver se a entidade não tem alguma conta bancária registada na contabilidade e, se for o caso, indagar sobre essa situação junto da mesma.

4. ESTUDO DE CASO

Neste capítulo será descrito uma aplicação prática de uma ferramenta de IA – a versão premium do *ChatGPT* – para identificar e avaliar o risco inerente numa empresa da indústria hoteleira. A entidade objeto de análise é uma empresa portuguesa do setor hoteleiro, que faz parte da carteira de clientes de auditoria da DFK. Contudo, por motivos de confidencialidade, não irá ser revelada o nome da empresa e todos os valores referidos iram ser gerados aleatoriamente pelo *ChatGPT*, de modo a manter o completo anonimato da empresa em questão. Ao longo do relatório, a entidade auditada terá a designação “ISEG-DFK”.

4.1. Caracterização da entidade

A ISEG-DFK é uma entidade que explora um hotel de cinco estrelas, perto de uma praia, com mais de 50 quartos e suites, tendo alguns deles jardim privado e terraço sobre um pátio arborizado. O hotel também conta com vários serviços como uma sauna, jacuzzi, spa com salas de tratamento e banho turco, bem como, uma piscina exterior aquecida de água salgado e um ginásio 24 horas por dia. O hotel tem ainda um restaurante, um deck de ioga e meditação, uns percursos pedonais em madeira pela praia e uma zona com uma fogueira considerado um local ideal para um convívio ao final da tarde. Os preços começam nos 200 euros por noite para duas pessoas e podem, eventualmente, chegar aos 750 euros dependendo do tipo de quarto que o cliente escolhe.

O hotel pertence a uma cadeia internacional de exploração, que atualmente, para além do hotel em Lisboa, tem mais quatro hotéis em Itália, dois em Espanha e um no Reino Unido. O hotel explorado pela ISEG-DFK encontra-se aberto desde o último trimestre de 2022. Tendo em conta o ano 2024 e a atividade desenvolvida, a taxa de ocupação por quarto atingiu os 62%, encontrando-se apenas 3 pontos percentuais abaixo da taxa de ocupação por quarto nos hotéis de cinco estrelas localizados na zona da Grande Lisboa (65%), de acordo com a informação disponibilizada pelo site Turismo de Portugal.

A estrutura de governo da ISEG-DFK é a típica estrutura de um hotel de média/grande dimensão, em que existe no nível mais elevado em termos hierárquicos, um *General Manager* que supervisiona todos os departamentos existentes na empresa. As diferentes zonas do Hotel têm associado a si um *Manager* que trata de coordenar as atividades e as pessoas nessa zona, por exemplo, a zona do spa, da restauração, da receção do hotel e da cozinha. Os recursos humanos e o departamento financeiro do hotel têm um *Manager* associado a si, bem como, um técnico de manutenção que trata da conservação dos equipamentos e infraestruturas do hotel.

4.2. Caracterização do setor do turismo e da hotelaria em Portugal

A hotelaria e o turismo são dois setores fundamentais para a economia portuguesa derivado do seu papel na geração de riqueza e na projeção do país para o mundo. O peso no Produto Interno Bruto (PIB) e nas exportações nacionais é a prova disso mesmo, visto que em 2023 representava cerca de 9,5% do PIB português que, comparativamente com o resto da Europa, representa um valor bastante superior (Boletim Económico Banco de Portugal, 2024,). Portugal destaca-se neste setor essencialmente devido à segurança e estabilidade num contexto mundial tomado por vários conflitos geopolíticos, sendo que ocupa a sétima posição no ranking elaborado pelo Instituto pela Economia e Paz, apenas atrás de 4 países europeus (Islândia, Irlanda, Áustria e Suíça).

O ano de 2023 ficou marcado como um período de grande recuperação e superação dos valores pré-pandémicos, sendo que, de acordo com estatísticas do Banco de Portugal, as exportações de viagens e turismo atingiram valores recordes (25.000 milhões de euros) representando um aumento de 19% relativamente ao período homólogo anterior e a taxa de ocupação foi de 57,3% verificando-se um aumento de 3,1 pontos percentuais relativamente a 2022. Este aumento também se verificou derivado dos vários eventos que existiram em Portugal em 2023: as Jornadas Mundiais da Juventude, que se estima que tenha gerado um impacto na economia em cerca de 550 milhões de euros; a *Web Summit 2023*, que apesar de ocorrer numa época considerada baixa reuniu mais de 71.000 pessoas e conta com um investimento anual do governo português de cerca de 11 milhões de euros até 2028.

Em 2024, Portugal registou um aumento de 5 % do número de visitantes, sendo que as receitas hoteleiras cresceram 12%, atingindo os 27.000 milhões de euros e a taxa de ocupação ronda os 60%, segundo os dados provisórios do Banco de Portugal.

4.3. As demonstrações financeiras da entidade

Considerando as características da ISEG-DFK e os requisitos do Sistema de Normalização Contabilística, a entidade prepara e apresenta as seguintes demonstrações financeiras: balanço, demonstração dos resultados por naturezas e anexo. Como referido anteriormente, devido a motivos de confidencialidade e de proteção de dados, não irão ser usados dados financeiros reais. Desta forma, através do *ChatGPT*, foi gerada as demonstrações financeiras da empresa ISEG-DFK para os anos de 2023 e 2024 (Anexo I). Como foi possível verificar através de vários testes, o *ChatGPT* enfrentou alguma dificuldade em criar as demonstrações financeiras da forma mais correta, atendendo que era necessário observar o exigido pelo Sistema de Normalização Contabilística.

Para a criação do Balanço e da Demonstração dos Resultados por Naturezas foi necessário fazer upload no *ChatGPT* das normas contabilísticas de relato financeiro e também exemplos desses mapas financeiros para o processamento da informação e dos dados ser mais rápida e menos suscetível a erros. Para além da criação das demonstrações financeiras, foi também instruído que este colocasse número em cada uma das contas das demonstrações financeiras para depois serem feitas as notas do Anexo. Visto ter sido o *ChatGPT* a gerar aleatoriamente os valores, foi também solicitado que este se mantivesse numa perspetiva mais realista e que todos os valores que fossem gerados tivessem de ser devidamente explicados e detalhados. Adicionalmente, foi solicitado que elaborasse notas por cada conta em que explicasse as variações ocorridas e o que compõe cada rubrica, de modo a verificar, se a IA conseguia essa análise mais profunda. Apesar de ter sido feito a análise de todas as contas, para fins do caso prático, apenas serão analisadas sete contas:

Ativos Fixos Tangíveis

A conta de Ativos Fixos Tangíveis é composta pelo próprio edifício do hotel, a piscina de água salgada, o Spa, diversos equipamentos de cozinha e lavandaria, um ginásio, um deck exterior para yoga, televisões e diversos equipamentos eletrónicos, como telefones e computadores e também painéis solares. Derivado da composição referida acima, esta é a conta das Demonstrações Financeiras que apresenta o maior valor tanto em 2024 (4.200.000 euros) como em 2023 (4.250.00 euros). A redução de cerca de 50.000 euros entre os períodos em análise deveu-se apenas ao registo das depreciações do período, que foram superiores aos novos investimentos da empresa

Prestações de Serviços

As prestações de serviços incluem a estadia em quartos e suites, as refeições no restaurante, os serviços de spa, o aluguer do hotel para eventos como casamentos, conferências, entre outras, bem como atividades de ioga e meditação e as receitas do bar, lavandaria e late check-out. Verifica-se um aumento de cerca de 175.000 euros derivado do aumento da taxa de ocupação, das receitas com a restauração, spa e aluguer do espaço para eventos. Esta evolução vai ao encontro das tendências atuais no mundo do turismo, no período pós-Covid-19, sendo que o ano de 2024 é considerado um ano de maior estabilidade neste setor.

Gastos com o Pessoal

A conta de Gastos com o Pessoal verifica um aumento de cerca de 60.000 euros relativamente ao ano de 2023, devido à contratação de novos funcionários para as diversas áreas do hotel (spa, receção e cozinha) e também da atualização salarial feita ao pessoal de forma a reter

o pessoal mais qualificado, tendo em conta, que o setor hoteleiro verifica uma elevada rotatividade do pessoal.

Fornecimentos e Serviços Externos

A conta de FSE é composta essencialmente por gastos com: i) energia elétrica, água e gás; ii) a lavagem de lençóis e toalhas; iii) a manutenção com a piscina, o spa e ar condicionados instalados em todo o hotel; iv) serviços de jardinagem e limpeza especializada; v) subscrições de software de gestão hoteleira e de contabilidade; vi) consultoria jurídica e financeira; vii) publicidade; e viii) seguros multirriscos e de responsabilidade civil. Em 2024, verifica-se um aumento de cerca de 60.000 euros derivado do reforço dos contratos de manutenção da piscina e do spa da empresa, da contratação de um novo software de gestão de hotelaria e de um aumento com as campanhas publicitárias e de marketing online.

Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período reflete o desempenho da empresa ao longo do ano em análise e, apesar de existir um aumento nos gastos, essencialmente nas rubricas de “FSE” (aumento de 60.000 euros) e “Gastos com o Pessoal” (aumento de 60.000 euros), o aumento verificado nas “Prestações de Serviços” foi superior (175.000 euros). Desta forma, comparativamente a 2023, o resultado líquido do período apresenta um aumento de cerca de 71.000 euros.

Outros Rendimentos

Esta conta inclui rendimentos obtidos com o aluguer do espaço exterior a terceiros e a venda de merchandising do hotel. Em 2024, verifica-se um aumento de 15.000 euros derivado do aumento com as receitas com o aluguer do espaço a terceiros, essencialmente.

Caixa e Depósitos Bancários

Esta conta inclui a(s) conta(s) corrente(s) do Hotel, bem como as caixas físicas presentes na receção e na restauração. Tendo em conta, o bom resultado operacional obtido durante 2024, a conta verifica um aumento no montante de 20.000 euros que se encontra alinhada com o aumento das prestações de serviços, sendo que existiu uma menor necessidade de reinvestimento no ano em análise comparativamente aos anos anteriores.

4.4. Análise do risco inerente – perspetiva tradicional

O risco inerente é a suscetibilidade de um saldo de conta ou classe de transações conter uma distorção que possa ser materialmente relevante, considerada individualmente ou quando agregada com distorções em outros saldos ou classes, assumindo que não existem os respetivos controlos internos (IAASB, 2024^a). Desta forma, a abordagem a este risco vai ser dividida em dois momentos: risco associado ao setor e empresa e o risco associado a certas áreas das demonstrações financeiras.

4.4.1. Risco do setor Hoteleiro e da Empresa

Características do órgão de gestão

A avaliação das características e da integridade do órgão de gestão é um aspeto fundamental na identificação de potenciais riscos no âmbito da auditoria. No entanto, considerando que as informações disponíveis dizem respeito apenas ao funcionamento geral da empresa, sem acesso direto a dados específicos sobre os seus administradores, não foi possível identificar evidências concretas que apontem para riscos relevantes nesse domínio.

Organização e estrutura da Empresa

Da análise efetuada à organização e estrutura da ISEG-DFK considerou-se uma área de risco reduzido. Tendo em conta o que foi anteriormente referido sobre a estrutura da empresa, considera-se que esta se encontra bem organizada, abrangendo todas as áreas do hotel. Apesar de pertencer a uma cadeia internacional de hotéis, verifica-se uma descentralização dos poderes e das decisões, permitindo uma gestão adaptada à realidade local. Esta abordagem de gestão é particularmente importante, uma vez que os hotéis estão localizados em países diferentes, exigindo uma adaptação à cultura local e, neste caso concreto, ao setor do turismo do respetivo país.

Natureza da atividade da Empresa

A ISEG-DFK enquadra-se no setor hoteleiro, que é uma atividade com grande impacto na economia nacional. Deste modo, o Hotel explorado pela Empresa irá ter a supervisão do Turismo de Portugal e Autoridade Turística Nacional, implicando um maior rigor e exigência para estar de acordo com as normas estabelecidas para este tipo de atividade. Para além da supervisão do Turismo de Portugal, a atividade de hotelaria surge, frequentemente associada a atividades de carácter questionável ou ilegais, visto que se encontra marcada por notícias de fuga

ao fisco. A “Operação Maestro¹” e as denúncias constantes à Autoridade Tributária de omissão de rendimentos e irregularidades são exemplos de fugas ao fisco neste setor.

Não obstante, certas zonas de Portugal são afetadas pela sazonalidade, ou seja, existem períodos em que a procura por alguns tipos de serviços diminua e o setor do turismo e da hotelaria é claramente afetado por este fenómeno. Desta forma, a sazonalidade é um dos fatores que contribui para o aumento do risco inerente.

Outras características da Empresa

A ISEG-DFK é uma sociedade por quotas, sendo que não está cotada, não emite empréstimos obrigacionistas, não é considerada uma entidade de interesse pública e o objetivo principal da atividade é o lucro. A ISEG-DFK não apresenta dependência especial de algum cliente ou fornecedor, o que a acontecer poderia colocar em causa a continuidade da Empresa. Adicionalmente, a empresa não se encontra dentro de um processo de transferência de controlo ou de disputa do mesmo, e não existem situações que levem a uma elevada exposição mediática.

Resultados financeiros da Empresa

A análise dos resultados financeiros de uma empresa constitui uma etapa essencial no trabalho do auditor, sendo indispensável que as decisões e inferências daí decorrentes se fundamentem em múltiplos fatores contextuais. Concretamente, não foi identificada a probabilidade de venda da ISEG-DFK ou de um dos seus segmentos relevantes, nem há indicação de uma necessidade implícita de manter a cotação das ações, o que poderia gerar pressão para manipular resultados. Também se considera que a remuneração da gestão não está fortemente dependente do desempenho financeiro, nem existem expectativas atípicas de otimização fiscal por parte dos acionistas ou sócios.

Adicionalmente, presume-se que a ISEG-DFK não se encontra próxima do limite dos seus recursos financeiros nem em fase de forte declínio. A capacidade de gerar lucros é considerada adequada, e não foram identificadas dificuldades de liquidez ou de cumprimento de obrigações com terceiros. Do mesmo modo, não existem previsões de dificuldades de tesouraria significativas nem se verificam financiamentos ou responsabilidades contingentes relevantes que não estejam registados contabilisticamente.

Entidades Relacionadas

Relativamente a transações com entidades relacionadas, assume-se o pressuposto que a ISEG-DFK não apresenta quaisquer entidades relacionadas e que não efetua transações com estas.

¹ Caso de fraude fiscal envolvendo Manuel Serrão que viveu durante 8 anos no Hotel *Sheraton* no Porto à custa de fundo europeu obtido ilegalmente

Demonstrações Financeiras

Primeiramente, não foram encontradas estimativas contabilísticas que apresentem um nível de subjetividade, complexidade ou incerteza superior ao habitual, indicando, inicialmente, um cenário contabilístico estável. Além disso, não foram identificadas práticas agressivas de reconhecimento de rendimentos ou gastos por parte da administração, nem hesitação na implementação das políticas contabilísticas prescritas no Sistema de Normalização Contabilística.

Presume-se, também, que não tenham sido identificadas distorções materiais nas auditorias de anos anteriores, o que poderá indicar que as demonstrações financeiras são, à partida, credíveis.

Características do serviço do auditor

Trata-se do primeiro ano em que a DFK irá auditar as demonstrações financeiras da ISEG-DFK, pelo que este contexto pode afetar ligeiramente o risco de auditoria.

A avaliação sugere que o tipo de serviço prestado está enquadrado como “normal” segundo a tabela de risco do auditor, e que a DFK possui profissionais competentes para assegurar o serviço. Com referido anteriormente, trata-se do primeiro ano em que esta entidade é auditada pela firma, e não há sinais de que o auditor ou qualquer membro da equipa esteja envolvido há mais de cinco anos com o cliente. Não foram identificadas ameaças à independência, exposição mediática invulgar, conflitos de interesses, nem prestação de outros serviços ao mesmo cliente. Também não existe obrigação de controlo de qualidade externo sobre este serviço.

Em relação ao histórico, o relatório do ano anterior não incluiu reservas, ênfases ou incerteza quanto à continuidade das operações, e não se antecipa a inclusão de limitações de âmbito ou reservas significativas no relatório atual. As demonstrações financeiras estão preparadas com base nos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e não será necessário recorrer a relatórios de outros auditores.

Adicionalmente, não há auditoria conjunta com outros profissionais, nem é necessária a emissão ou receção de instruções de ou para outros auditores, incluindo de uma eventual empresa-mãe. Por fim, não foram identificadas pressões por parte do órgão de governação que condicionem a independência ou a qualidade do trabalho de auditoria, seja quanto ao conteúdo do relatório, aos prazos, ou à obtenção de informação.

4.4.2. Áreas de risco das Demonstrações Financeiras

Após a abordagem inicial de análise do risco do setor hoteleiro e da empresa em si, foi elaborada a matriz do risco inerente que descreve as áreas de risco identificadas da Empresa e a

sua relação com as contas das Demonstrações Financeiras. Esta matriz encontra-se no Anexo II e, abaixo, serão descritos individualmente as áreas de risco.

1) Imparidade dos imóveis

Tendo em conta o negócio do setor da hotelaria, as empresas que exploram hotéis tendem a apresentar um valor elevado na conta de Ativos Fixos Tangíveis devido, essencialmente, ao investimento realizado com a compra ou as obras no terreno para construção do hotel e das infraestruturas adjacentes ao hotel, como piscinas, spas entre outras. Assim, existe o risco do hotel e dos principais equipamentos da ISEG-DFK encontrarem-se em imparidade, o que também põe em causa o risco de recuperação do investimento realizado inicialmente através da utilização normal dos equipamentos ou pela venda dos mesmos. Este risco questiona se o decurso natural da atividade da empresa, neste caso, as estadias e outros rendimentos serão suficientes para colmatar o investimento que foi realizado inicialmente. A asserção afetada é a “Rigor, Valorização e Imputação” visto que se trata da mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis da empresa pelas quantias apropriadas. Apesar da probabilidade de ocorrência deste risco ser baixa, no caso de existir, teria um impacto elevado na informação financeira. Neste contexto, considere-se que esta área de risco apresenta um risco inerente médio.

2) Taxas de amortização desajustadas

As taxas de amortização estão definidas de acordo com o decreto regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, que refere as taxas máximas de amortização para os diferentes bens. O registo das depreciações deve obedecer ao disposto nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), sendo obrigatória a sua correta classificação e reconhecimento nos termos da NCRF 7, de forma a assegurar o cumprimento do princípio da imagem verdadeira e apropriada. A asserção em causa é o Rigor, Valorização e Imputação, visto que se trata, novamente de mensurar os saldos referentes aos Ativos Fixos Tangíveis da empresa pelas quantias apropriadas. Tendo em conta que existe uma probabilidade média de existirem taxas de amortização desajustadas e que este risco tem um certo impacto, neste caso no valor líquido dos Ativos Fixos Tangíveis, foi considerado um risco inerente médio.

3) Imóveis não detidos pela Empresa

Associado ao setor de hotelaria existe o risco de as demonstrações financeiras incluírem imóveis e/ou viaturas que não são detidas nem controladas pela empresa de forma a obter benefícios económicos futuros – asserção Existência. Este risco apesar de tem uma baixa probabilidade de ocorrer, é algo que pode afetar o valor do Ativo, em especial a conta de Ativos Fixos Tangíveis.

4) Risco de ocorrência de desastres/acidentes/roubos no hotel

Independentemente da área de negócio, existe sempre um risco difícil de evitar, como a ocorrência de desastres naturais, roubos, acidentes, entre outros tipos de situações que podem pôr em causa a continuidade da empresa. Recentemente, a pandemia do COVID-19 evidenciou o impacto drástico de eventos inesperados na atividade do setor da hotelaria. A probabilidade de ocorrência destes eventos é baixa. Contudo a empresa tem de se precaver para uma situação destas, por exemplo, através de seguros (no caso em concreto, assume-se que a ISEG-DFK tem estes seguros e que os mesmos cobrem a totalidade dos imóveis e equipamentos da empresa) que consigam cobrir os imóveis da empresa de forma a garantir que, num caso extremo, alguma parte do investimento realizado inicialmente seja recuperado. O impacto destes eventos seria bastante elevado nas contas da empresa, com implicações negativas na continuidade do negócio. Desta forma, considera-se que esta situação afeta moderadamente o risco do pressuposto da continuidade.

5) Especialização da prestação de serviços

Das situações para as quais o auditor mais tem de estar atento é especialização correta das vendas/prestações de serviços, visto que esta é uma das áreas mais risco acarreta e que se traduz num nível de risco inerente elevado – asserção corte. As vendas e prestações de serviços da empresa devem ser registadas de acordo com o ano que estas foram realizadas e não no ano em que são feitas as reservas ou os recebimentos das estadias.

O risco inerente associado a esta área prende-se com as características da própria transação: as reservas efetuadas com antecedência para estadias futuras e os serviços de restauração associados aumentam a complexidade no reconhecimento temporal das receitas.

6) Reconhecimento de rendimentos indevidamente

Tendo em conta o setor da hotelaria de luxo, poderá existir o incentivo à manipulação de resultados através do reconhecimento indevido de rendimentos com o intuito de apresentar um desempenho melhor do que o que realmente aconteceu. Esta prática pode ter como objetivo alcançar objetivos internos de performance, justificar a manutenção de apoios financeiros, ou simplesmente melhorar indicadores de gestão. Dada a elevada pressão para demonstrar rentabilidade neste setor altamente competitivo, especialmente em unidades hoteleiras deste tipo, este risco tem alguma relevância. A probabilidade de ocorrência e o impacto são considerados altos, na medida em que afetam diretamente os resultados e a posição financeira apresentada. Assim, este risco é classificado como risco inerente alto.

7) Anulação não autorizada de vendas

Este risco refere-se à situação inversa do anterior e consiste na anulação injustificada de rendimentos anteriormente reconhecidos, com o intuito de favorecer clientes específicos ou com o objetivo de desviar fluxos financeiros da entidade. No setor hoteleiro, tal situação pode concretizar-se, por exemplo, mediante a eliminação de consumos de minibar, refeições, ou noites de estadia diretamente no sistema de faturação, sem que exista qualquer fundamento.

Tal como no risco anterior, a probabilidade de ocorrência é elevada, bem como o seu impacto, na medida em que origina perdas patrimoniais relevantes e compromete a fiabilidade da informação financeira. É, por conseguinte, classificado como risco inerente elevado.

8) FSE por contabilizar

Este risco trata da possibilidade de existirem FSE relevantes que não tenham sido registados, seja por omissão, atraso na receção de faturas ou falta de comunicação entre departamentos. A asserção afetada é Plenitude, uma vez que está em causa a completude dos gastos reconhecidos. A nível da entidade, o risco decorre da existência de serviços contratados, mas não registados contabilisticamente até ao fecho do exercício, o que pode levar a uma subavaliação de passivos e gastos. Considera-se que este risco tem uma elevada probabilidade de ocorrer, sendo que o seu impacto é elevado, pois pode distorcer os resultados e os rácios operacionais. Apesar de não se considerar um risco significativo, o risco inerente é considerado elevado devido a ser um erro frequentemente verificado em várias empresas de todas as áreas de negócio.

9) FSE por especializar

Este risco refere-se à eventualidade de despesas significativas relativas a serviços já realizados, mas ainda não corretamente atribuídos ao período contabilístico apropriado. Num hotel, isto é especialmente comum no caso de despesas recorrentes que dependem de medições de consumos (água, eletricidade, gás, telecomunicações), mas cujas faturas chegam posteriormente ao encerramento do período contabilístico. Isto afeta diretamente a correta especialização dos gastos, levando a erros na correspondência entre rendimentos e gastos do mesmo período, causando distorções nas demonstrações financeiras. A probabilidade de ocorrência é média, visto que depende da eficiência dos processos internos de fecho. O impacto é baixo e este risco não é considerado significativo, sendo que se considera ter um risco inerente baixo.

10) FSE fora da operação

Refere-se ao risco de inclusão indevida na contabilidade do hotel de despesas não relacionadas diretamente com a sua atividade. No setor hoteleiro, estes gastos podem incluir despesas pessoais dos gestores ou colaboradores, despesas com eventos privados ou serviços prestados a outras empresas. Este risco afeta a asserção da Ocorrência, podendo originar uma sobrevalorização indevida dos gastos operacionais e, consequentemente, uma redução incorreta dos resultados operacionais. Pode também implicar problemas legais e fiscais, especialmente se envolver gastos pessoais ou gastos indevidamente classificados como despesas de negócio.

4.5. Análise do risco inerente – perspetiva do *ChatGPT*

De acordo com a informação fornecida, foi solicitado ao ChatGPT que fizesse uma análise ao risco inerente da ISEG-DFK, da mesma forma que foi efetuada, anteriormente, da perspetiva do auditor, sendo que o output se encontra no Anexo IV.

4.5.1. Risco do setor Hoteleiro e da Empresa – ChatGPT

Tal como efetuado na perspetiva tradicional, foi solicitado ao ChatGPT que abordasse os riscos do setor hoteleiro e da empresa em si, de acordo com os tópicos que foram desenvolvidos, também, na perspetiva tradicional, sendo que os outputs foram os seguintes:

Características do órgão de gestão

A ISEG-DFK adota uma estrutura de governação típica de um hotel de média/grande dimensão, com um *General Manager* no topo da hierarquia, responsável pela supervisão global. Cada departamento do hotel é coordenado por um manager funcional, o que favorece uma distribuição clara de responsabilidades operacionais. Este modelo tende a reduzir os riscos relacionados com a centralização de poder. Em termos de risco, a descentralização é positiva, desde que existam mecanismos de reporte e avaliação eficazes. Considera-se que o risco inerente é de nível médio.

Organização e estrutura da empresa

A ISEG-DFK é uma entidade hoteleira com estrutura funcional bem delineada, cobrindo áreas como receção, spa, restauração, manutenção, recursos humanos e o departamento financeiro. Contudo, como parte de uma cadeia internacional, pode existir interdependência com políticas definidas a nível central (por exemplo, em Itália, Espanha ou Reino Unido), o que pode impactar a autonomia financeira e operacional da unidade nacional. Neste sentido, considera-se que o risco inerente é médio.

Natureza da atividade da empresa

A empresa opera no setor hoteleiro de luxo, com uma oferta diversificada, localizada perto da praia e com preços que variam entre os 200€ e os 750€ por noite. Esta exposição ao turismo de elevado rendimento implica que exista uma sensibilidade elevada a fatores externos como a sazonalidade, o clima, a conjuntura económica e as flutuações no turismo internacional, bem como, a dependência de níveis de procura variáveis influenciados por eventos geopolíticos, inflação ou pelas alterações nas preferências dos consumidores. Devido à elevada exposição a variáveis externas e à elevada concorrência no setor hoteleiro considera um risco inerente elevado.

Resultados financeiros da empresa

De forma concreta, não se identificou qualquer probabilidade de venda da ISEG-DFK, nem existem indícios de uma necessidade implícita de manter a valorização das ações, o que poderia criar incentivos à manipulação de resultados. Considera-se igualmente que a remuneração da equipa de gestão não depende de forma significativa do desempenho financeiro, não se verificando, por parte dos acionistas ou sócios, expectativas invulgares de planeamento fiscal agressivo.

Além disso, presume-se que a ISEG-DFK não se encontra próxima do esgotamento dos seus recursos financeiros, nem atravessa uma fase de declínio acentuado. A capacidade de gerar

lucros é considerada satisfatória, não tendo sido identificadas dificuldades de liquidez ou incumprimento de obrigações perante terceiros. Do mesmo modo, não se preveem tensões significativas de tesouraria, nem foram detetadas responsabilidades contingentes ou financiamentos relevantes que não estejam devidamente refletidos na contabilidade.

Entidades Relacionadas

Tal como referido na perspetiva tradicional, relativamente a transações com entidades relacionadas, assume-se o pressuposto que a ISEG-DFK não apresenta quaisquer entidades relacionadas e que não efetua transações com estas.

Demonstrações Financeiras

No caso da ISEG-DFK, não foram identificadas estimativas contabilísticas com grau de subjetividade ou complexidade acima do normal, sendo que as principais rubricas apresentam coerência e estabilidade entre os exercícios de 2023 e 2024. A empresa não evidencia a aplicação de políticas agressivas de reconhecimento de rendimentos ou de adiamento de gastos, e a evolução dos resultados demonstra prudência na gestão contabilística. Em suma, a informação financeira da ISEG-DFK aparenta ser fiável e coerente com a realidade da empresa.

Características do serviço do auditor

O serviço de auditoria prestado à ISEG-DFK apresenta um nível de risco normal, sendo este o primeiro ano de auditoria à entidade. Assume-se que o auditor possui conhecimento e experiência no setor, e não foram identificadas situações que comprometam a independência ou que configurem conflitos de interesse. As demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com o SNC, e o trabalho não depende de outros auditores nem envolve instruções externas. Não se antecipa a emissão de reservas ou limitações de âmbito, nem foram identificadas pressões da governação sobre o processo de auditoria.

4.5.2. Áreas de risco das Demonstrações Financeiras

O *ChatGPT* identificou dez áreas de risco das demonstrações financeiras, que serão detalhadas de seguida.

1) Reconhecimento indevido de vendas/prestações de serviços

Este risco diz respeito à possibilidade de a empresa registar vendas com base em reservas ainda não realizadas ou confirmadas. A asserção afetada é “Existência/Ocorrência”, já

que está em causa a efetiva prestação do serviço de alojamento ou restauração. A área impactada nas demonstrações financeiras é a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços, diretamente ligada ao desempenho financeiro do período. A nível da entidade, este risco é agravado pela complexidade dos sistemas de reservas e pela multiplicidade de canais de venda (website, Booking.com, agências, balcão). A probabilidade de ocorrência é elevada devido o elevado número de transações e o impacto é classificado como elevado, pois pode afetar significativamente os resultados e a fiabilidade das contas. Consequentemente, o risco inerente é classificado como elevado.

2) Desvios e fraudes em numerário

Este risco refere-se ao potencial desvio de valores em numerário, que ainda é comum no setor hoteleiro, nomeadamente em bares, restaurantes e pequenas vendas. A asserção relevante é a “Existência” pois podem estar considerados na conta Caixa, ativos que não existem. A área afetada nas demonstrações financeiras é Caixa e bancos, uma conta sensível e que envolve milhares de movimentos. A probabilidade de ocorrência é alta, dadas as características operacionais do setor. O impacto também é alto, já que perdas ou desvios de caixa representam um dano direto no ativo, logo dada a combinação destes fatores, trata-se de um risco inerente elevado.

3) Imparidade de dívidas de clientes

As áreas impactadas são as rubricas de Clientes e Outras Contas a Receber, cuja exposição aumenta em empresas com vendas a crédito, convenções com agências ou acordos empresariais. O histórico de incumprimento ou atraso por parte de operadores turísticos e empresas pode não ser refletido oportunamente nas demonstrações financeiras, afetando assim a Asserção do “Rigor, Valorização e Imputação”. A probabilidade de ocorrência é média, mas o impacto é elevado, sobretudo quando existem saldos materialmente relevantes, como é o caso da ISEG-DFK (150.000 euros em 2024). Neste contexto, o risco inerente foi classificado como médio.

4) Subavaliação de imparidades de ativos fixos

A mensuração subsequente adequada do valor dos ativos fixos tangíveis é uma área de risco – Asserção do Rigor, Valorização e Imputação e as eventuais perdas por imparidade podem ter reflexo nos resultados e nas decisões de financiamento. O risco decorre da possível ausência de revisão periódica da recuperabilidade dos ativos, particularmente

edifícios ou equipamentos pouco utilizados ou que perderam valor económico. A nível da entidade, a complexidade de projetos de investimento e de políticas de despesas de capital (CAPEX) pode gerar ativos que não geram retorno esperado. A probabilidade de ocorrência é média, pois depende da flutuação da procura e de fatores externos. O impacto é alto, dada a importância dos Ativos Fixos Tangíveis no setor. Assim, foi considerado um risco inerente médio.

5) Inventário não refletido corretamente

Este risco está associado à asserção “Rigor, Valorização e Imputação” e incide sobre a conta de Inventários, com especial relevância para os inventários de alimentos e bebidas. A natureza perecível dos bens, a sua dispersão física por diversas localizações (e.g. bares, cozinhas e minibares) e a elevada rotação tornam esta rubrica particularmente suscetível a erros de quantificação e valorização.

O risco inerente decorre da complexidade na estimativa de quantidades em tempo real, da volatilidade nos preços de aquisição, da possibilidade de perdas não registadas (por deterioração, furto ou desperdício) e da utilização de critérios de valorização inconsistentes ou inadequados. A composição do stock pode mudar rapidamente, o que dificulta a sua avaliação com base em evidência objetiva. A probabilidade de ocorrência é elevada devido à própria natureza da atividade hoteleira e ao tipo de inventário envolvido. O impacto é considerado médio, pois embora os montantes não sejam, em geral, muito significativos em termos absolutos, têm influência direta na determinação da margem operacional. Assim, este risco é classificado como risco inerente de nível médio.

6) Omissão de passivos contingentes

Este risco está associado à asserção “Apresentação”, incidindo diretamente sobre a completude e transparência da informação relativa à rubrica Provisões e Passivos Contingentes. No contexto da ISEG-DFK, empresa exploradora de um hotel de cinco estrelas com serviços de alta, este risco tem alguma relevância face à exposição potencial a litígios decorrentes de reclamações de clientes, acidentes nas áreas comuns, conflitos laborais ou incumprimentos contratuais com fornecedores ou prestadores de serviços especializados.

O risco inerente decorre sobretudo da natureza incerta das contingências jurídicas e fiscais e da dificuldade de estimativa robusta em contextos operacionais recentes, como é o caso do hotel, inaugurado no último trimestre de 2022. A dependência de avaliações jurídicas

externas e o historial ainda curto da operação local tornam mais difícil a identificação e mensuração adequada de eventuais obrigações presentes ou potenciais.

A probabilidade de ocorrência é considerada média, tendo em conta o grau de exposição envolvido. O impacto potencial, no entanto, é elevado, uma vez que certos eventos podem conduzir a perdas materiais ou ao reconhecimento retrospectivo de provisões com efeitos relevantes no resultado e na posição financeira da entidade. Consequentemente, o risco inerente é médio/alto.

7) Cálculo incorreto de remunerações

O risco prende-se com a possibilidade de erros no processamento de salários, subsídios e encargos sociais, bem como no reconhecimento de provisões por férias e trabalho suplementar. A asserção relevante é o “Rigor”, com impacto direto nas contas de Pessoal e Gastos com o Pessoal. No setor hoteleiro, a elevada rotatividade, a diversidade de horários e o uso de contratos sazonais aumentam significativamente a complexidade do processamento salarial. Assim, o risco inerente é considerado médio, dado o elevado número de variáveis envolvidas (e.g. datas de admissões e cessações, tipologias contratuais e regimes de trabalho) que tornam estas rubricas particularmente suscetíveis a erros, independentemente dos controlos existentes. A probabilidade de ocorrência é elevada, embora o impacto tenda a ser moderado, exceto em empresas com um grande número de trabalhadores ou sujeitas a ações de fiscalização.

8) Registo indevido de despesas operacionais

Este risco diz respeito à possibilidade de registar gastos fora do período correto (Asserção Corte) ou que não estejam relacionados com a atividade da empresa (asserções Ocorrência / Existência). A área afetada são os Fornecedores e os Gastos Operacionais, que influenciam diretamente o resultado do exercício. A nível da entidade, este risco é mais expressivo quando existem departamentos autónomos com autonomia orçamental ou quando o controlo financeiro centralizado é fraco. A probabilidade de ocorrência é média, e o impacto também é médio, exceto quando se acumulam erros que afetam a margem operacional. Não sendo um risco considerado significativo, o risco inerente global é médio.

9) Omissão de eventos pós-fecho

Este risco relaciona-se com a possibilidade de não considerar eventos ocorridos após o fecho do exercício, mas antes da emissão das demonstrações financeiras, que deveriam ser ajustados ou, pelo menos, divulgados. A asserção aplicável é “Apresentação/Divulgação”, e a área impactada são os Eventos Subsequentes, que afetam várias rubricas financeiras, dependendo do tipo de evento. No setor hoteleiro, sujeito a variações de mercado, sazonalidade e instabilidade global este risco é muito relevante. A probabilidade de ocorrência é baixa a moderada, mas o impacto é alto, pois uma decisão estratégica ou um evento económico relevante pode alterar substancialmente a perceção da situação financeira. Por essa razão, foi considerado como risco inerente médio.

10) Apresentação incorreta de financiamentos

Este risco refere-se à má classificação ou omissão de obrigações financeiras, nomeadamente contratos de leasing e/ou empréstimos bancários. As asserções relevantes são a Classificação e Plenitude, e a área de impacto são os Financiamentos Obtidos, rubrica que afeta a estrutura de capital e os rácios de liquidez. O fator de risco inerente prende-se com a complexidade dos contratos financeiros, a existência de cláusulas específicas e a desatualização do registo contabilístico. Muitas entidades não atualizam os planos de pagamento após renegociações ou não distinguem corretamente a parte corrente da não corrente. A probabilidade de ocorrência é média, mas o impacto é elevado, dado que compromete a apresentação fiel da posição financeira e pode influenciar decisões de terceiros (bancos, investidores). Este risco foi considerado como um risco inerente médio/alto, pela sua complexidade técnica e relevância quantitativa.

4.6. Principais conclusões e diferenças entre IA e Auditor

Primeiramente, importa destacar que, para que o *ChatGPT* consiga responder com a maior exatidão e fiabilidade possível, é necessário ser bastante específico quanto ao tipo de *output* pretendido. Esta necessidade constitui, desde logo, uma desvantagem porque implica que o utilizador possua conhecimentos na área em causa - neste caso de auditoria – e que também esteja familiarizado com a IA, especificamente no que respeita ao carregamento constante de dados e informações para que o sistema consiga processar adequadamente o conteúdo e responder de forma assertiva.

Outra limitação prende-se com a ausência de informações completas sobre o hotel em análise, sendo os dados gerados aleatoriamente pela IA. Com apenas o enquadramento geral da ISEG-DFK, não é possível analisar tão profundamente o RA na sua totalidade, uma vez que não

existem quaisquer dados concretos sobre o sistema de controlo interno da empresa. Por esse motivo, a análise incidiu unicamente sobre o risco inerente, que se refere ao setor de atividade e às características específicas da ISEG-DFK.

Apesar destas limitações, a comparação entre as conclusões do auditor e do *ChatGPT*, revelou alguns pontos convergentes na avaliação dos riscos, como o reconhecimento indevido dos rendimentos, fraude relacionada com os rendimentos, imparidade dos ativos fixos tangíveis, FSE's por contabilizar, FSE's fora de operação e omissão de passivos contingentes (provisões). Isto significa que seis em dez áreas de risco são comuns entre perspetivas, o que sugere que a IA pode, efetivamente, ser útil na elaboração de matrizes de risco relacionadas com o risco inerente.

As duas matrizes foram elaboradas com abordagens distintas, enquanto a matriz elaborada pelo auditor seguiu uma abordagem mais operacional e com ênfase nas normas de auditoria, a abordagem do *ChatGPT* centrou-se na integridade da informação financeira e na apresentação das demonstrações financeiras.

Esta análise comparativa permitiu reconhecer que a complementaridade entre abordagens tradicionais e assistidas por IA pode enriquecer substancialmente o processo de identificação de riscos em auditoria. A integração de visões distintas contribui para a melhoria da qualidade do planeamento da auditoria e para a robustez das conclusões, oferecendo uma abordagem mais crítica, multidimensional e ajustada à realidade específica da entidade auditada.

5. CONCLUSÃO

Este relatório marca o final do percurso académico que percorreu a teoria durante os primeiros três semestres e acaba na parte prática através do estágio proporcionado pela DFK que me permitiu aplicar os conhecimentos adquiridos não só no mestrado, mas, também, na licenciatura, ambos os cursos feitos no ISEG. Para além de ter, atualmente, um conhecimento mais vasto das diferentes áreas que abrangem o mestrado, o último semestre, devido ao estágio, permitiu-me desenvolver as minhas *soft-skills*, em especial, a comunicação e a adaptabilidade visto que grande parte do trabalho de auditoria é feito com o contacto com o cliente e que, por vezes, é necessário fazer muito mais do que o pouco que nos é fornecido da parte dos clientes.

Ainda existe uma distância muito grande entre a auditoria e a IA. O trabalho de auditoria em si é um trabalho que envolve muitos dados, muitos deles confidenciais, sendo que para utilizar as funcionalidades da IA ao máximo é necessário que esta tenha dados suficientes para que as respostas sejam as mais fiáveis possíveis. Contudo, a questão de proteção de dados é algo que vejo como um impasse entre a auditoria e a IA, visto que se, por vezes, os próprios clientes preferem não disponibilizar a informação toda aos auditores comuns, quanto mais disponibilizar informações a uma plataforma, por exemplo, da qual não sabemos se não poderá divulgar esses dados quando assim entender.

Acredito, vivamente, que quando existir uma forma transparente dos dados das empresas serem tratados pela IA, as empresas de auditoria vão ver o seu trabalho de auditoria a melhorar exponencialmente, não só, relativamente à análise do risco inerente em si, mas no trabalho de auditoria no geral, visto que a IA pode ser uma grande ferramenta, por exemplo, na parte de análise documental, em que através de uma foto ou até da integração do sistema de auditoria com um sistema de IA que consiga fazer a análise e descrição das faturas que são emitidas e recebidas, poupando desta forma imenso trabalho ao auditor que, na sua forma tradicional, teria de as descrever ele próprio.

Com este, eventual, aparecimento de IA na auditoria, as empresas de auditoria teriam de começar a investir em pessoal especializado em tecnologias de informação e ciência de dados, de forma a que existem profissionais capacitados para trabalhar com os softwares de IA de forma mais prática e eficiente do que se fossem os profissionais de auditoria a fazê-lo.

Relativamente ao estágio efetuado na DFK, faço um balanço bastante positivo, devido não só às experiências vividas e ao conhecimento adquirido, mas também por ter entrado numa equipa que pensa da mesma forma que eu e que me acolheu como se já me conhecessem há muitos anos.

Por fim, após tempos desafiantes e desgastantes, termino o estágio com a convicção que os objetivos profissionais e pessoais a que me propus foram alcançados com sucesso e sei que dei o meu melhor ao longo de todo este longo caminho para que tudo corresse bem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Accountancy Age (2022) Top 21 international alliances and associations 2022. Acedido a 25 de julho de 2025. Disponível em: <https://www.accountancyage.com/rankings/top-21-international-alliances-and-associations-2022/>
- AI Index Steering Committee (2024). *The Artificial Intelligence Index Report 2024*. Stanford, CA: Stanford Institute for Human-Centered AI.
- Appelbaum, D., Kogan, A. & Vasarhelyi, M.A. (2017). Big data and analytics in the modern audit engagement: Research needs. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 36(4), 1-27.
- Banco de Portugal (2024) Boletim Económico – dezembro de 2024. Acedido a 24 de julho de 2025. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/publicacoes/boletim-economico-dezembro-2024>
- Bender, E.M., Gebru, T., McMillan-Major, A. and Shmitchell, S. (2021). On the dangers of stochastic parrots: Can language models be too big? Proceedings of the 2021 ACM Conference on Fairness, Accountability, and Transparency, pp. 610–623.
- Brown, T.B., Mann, B., Ryder, N., Subbiah, M., Kaplan, J.D., Dhariwal, P., Neelakantan, A., Shyam, P., Sastry, G., Askell, A., Agarwal, S., Herbert-Voss, A., Krueger, G., Henighan, T., Child, R., Ramesh, A., Ziegler, D.M., Wu, J., Winter, C., Hesse, C., Chen, M., Sigler, E., Litwin, M., Gray, S., Chess, B., Clark, J., Berner, C., McCandlish, S., Radford, A., Sutskever, I. and Amodei, D. (2020). Language models are few-shot learners, *Advances in Neural Information Processing Systems*, 33, pp. 1877–1901.
- Brynjolfsson, E. & McAfee, A. (2014). *The second machine age: Work, progress, and prosperity in a time of brilliant technologies*. New York: W. W. Norton & Company.
- Chauhan, V. and Rani, S. (2023). AI in auditing: A comprehensive review of applications, benefits and challenges, *Shodh Sari – An International Multidisciplinary Journal*, 2(4), pp. 328–343.
- Cruz, R., Bertollo, D. & Camargo, M. (2020). O Impacto da Inteligência Artificial na Auditoria: Uma Revisão Bibliográfica. *XX Mostra de Iniciação Científica*. UCS-PPGA.
- Earley, C.E. (2015). Data analytics in auditing: Opportunities and challenges, *Business Horizons*, 58(5), pp. 493–500.
- Floridi, L., Cows, J., Beltrametti, M., Chatila, R., Chazerand, P., Dignum, V., Lütge, C., Madelin, R., Pagallo, U., Rossi, F., Schafer, B. and Vayena, E. (2018). AI4People—An ethical framework for a good AI society: Opportunities, risks, principles, and recommendations, *Minds and Machines*, 28(4), pp. 689–707.
- Goodfellow, I., Bengio, Y. and Courville, A., 2016. *Deep learning*. Cambridge, MA: MIT Press.

- International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) (2024a). International Standard on Auditing 200: Overall objectives of the independent auditor and the conduct of an audit in accordance with International Standards on Auditing. In: *Handbook of International Quality Management, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements*. New York: IAASB.
- International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) (2024b). International Standard on Auditing 315 (Revised 2019): Identifying and assessing the risks of material misstatement. In: *Handbook of International Quality Management, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements*. New York: IAASB.
- International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) (2024c). Glossary of terms. In: *Handbook of International Quality Management, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements*. New York: IAASB.
- Knechel, W.R. & Salterio, S.E. (2016). *Auditing: Assurance and risk, 4th ed.* New York: Routledge.
- Kokina, J. & Davenport, T.H. (2017). The emergence of artificial intelligence: How automation is changing auditing. *Journal of Emerging Technologies in Accounting*, 14(1), 115-122.
- LeCun, Y., Bengio, Y. & Hinton, G. (2015). Deep learning, *Nature*, 521, 436-444.
- Leocádio, D., Malheiro, L. and Reis, J. (2024). Artificial intelligence in auditing: A conceptual framework for auditing practices, *Administrative Sciences*, 14(4), 238.
- Raji, I.D., Smart, A., White, R.N., Mitchell, M., Gebru, T., Hutchinson, B., Smith-Loud, J., Theron, D. and Barnes, P. (2020). Closing the AI accountability gap: Defining an end-to-end framework for internal algorithmic auditing.
- Rikhardsson, P., Bukh, P.N. & Nielsen, C. (2021). Artificial intelligence and auditing: A research agenda, *Journal of Accounting and Organizational Change*, 17(3), pp. 376–392.
- Ruixue, Y. (2025). Research on the application of artificial intelligence in audit risk assessment. *Financial Strategy and Management Reviews*, 1(1), 1000046.
- Turismo de Portugal (2025). TravelBI – Plataforma de inteligência turística. Acedido a 20 de junho de 2025. Disponível em: <https://travelbi.turismodeportugal.pt/>
- Yoon, K., Hoogduin, L. & Zhang, L. (2015). Big data as complementary audit evidence. *Accounting Horizons*, 29(2), 431-438.
- Zuboff, S. (2019). *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. New York: PublicAffairs.

ANEXOS

Anexo I – Plano de Estágio

Objetivos do Estágio

O estágio será integrado na equipa de auditoria da DFK Portugal para apoiar profissionais com experiência em diversas tarefas, aprendendo a análise de contas, análise de documentos, testes de auditoria, organização das provas de auditoria, resumo de atas, preparação de quadros de Excel.

São igualmente objetivos: apreender a formação inicial de auditoria, colocar em prática os conhecimentos teóricos do sistema de normalização contabilística, apreender a metodologia de auditoria financeira, ganhar autonomia no desenvolvimento de tarefas, contacto com clientes em pedidos de informação e esclarecimento de dúvidas, ser capaz de emitir conclusões decorrentes do trabalho realizado, ser capaz de analisar os documentos de prestação de contas de clientes auditados.

Tarefas a desenvolver pelo estagiário:

- Suporte na preparação de informação de procedimentos de revisão analítica;
- Apoio na Análise de informação histórica de demonstrações financeiras;
- Suporte na Preparação de *templates* de *reporting* de informação financeira;
- Apoiar na Revisão de informação e consistência de dados financeiros;
- Distribuição, partilha e armazenamento de informação de projetos;
- Pesquisa e sistematização de informação de mercado relevante para o setor de atividade dos clientes.

Confidencialidade

Todos os documentos e informação de clientes à qual o candidato venha a ter acesso no âmbito deste estágio terá de ser tratada como informação confidencial, inclusivamente para efeitos de publicação do respetivo relatório de estágio. É igualmente obrigatório que tanto o aluno como o Diretor de Mestrado assinem um acordo de confidencialidade a este respeito.

AFONSO REIS | IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RISCO INERENTE COM RECURSO À
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Cronograma das atividades

Tarefas	set.2024	out.2024	nov.2024	dez.2024	jan.2025	fev.2025	mar.2025	abr.2025	mai.2025
Integração e Formação Inicial	X								
Leitura de Políticas e Procedimentos	X								
Formação em Ferramentas de Auditoria	X	X							
Acompanhamento / Execução de Auditorias - Análise de áreas como meios financeiros, financiamentos obtidos, ganhos e gastos financeiros		X	X	X	X	X	X	X	X
Revisão de Normas e Regulamentos		X							
Participação em Reuniões de Planeamento		X	X	X	X	X	X	X	X
Acompanhamento / Execução de Auditorias - Análise de áreas como Financiamentos e serviços externos, Gastos com pessoal, Outros rendimentos e gastos, Terceiros - processo confirmações externas; Acompanhamento de inventários / contagens físicas			X	X	X	X	X	X	X
Assistência em Relatórios Preliminares			X	X	X				
Acompanhamento / Execução de Auditorias - Análise de áreas como Ativos fixos e Contas de terceiros					X	X	X	X	X
Elaboração de Relatórios Sob Supervisão							X	X	X
Planeamento e Execução Autônoma de Auditorias								X	X
Revisão e Consolidação de Atividades								X	X
Preparação de Relatório Final de Estágio									X
Avaliação Final e Feedback									X

Figura 1 - Esquema representativo do cronograma de atividades com a distribuição temporal das tarefas propostas para o estágio

Anexo II – Demonstrações Financeiras – Outputs *ChatGPT*

Balanço - ISEG-DFK

Ativo Não Corrente

N.º	Rubrica	2024	2023
1	Ativos fixos tangíveis	4.200.000	4.250.000
2	Propriedades de investimento	0	0
3	Ativos intangíveis	100.000	95.000

Ativo Corrente

N.º	Rubrica	2024	2023
4	Inventários	85.000	82.000
5	Clientes	150.000	145.000
6	Estado e outros entes públicos	48.000	45.000
7	Outros créditos a receber	47.000	43.000
8	Caixa e depósitos bancários	180.000	160.000

Capital Próprio

N.º	Rubrica	2024	2023
9	Capital Subscrito	1.000.000	1.000.000
10	Reservas legais	150.000	150.000
11	Outras reservas	80.000	70.000
12	Resultados transitados	875.000	826.000
13	Resultado líquido do exercício	620.000	549.000

Passivo Não Corrente

N.º	Rubrica	2024	2023
16	Financiamentos obtidos (passivo não corrente)	1.120.000	1.150.000

Passivo Corrente

N.º	Rubrica	2024	2023
14	Fornecedores	130.000	125.000
15	Estado e outros entes públicos (passivo)	42.000	40.000
17	Outras dívidas a pagar	175.000	162.000

Figura 2 - Balanço ISEG-DFK

Demonstração de Resultados - ISEG-DFK

Demonstração de Resultados

N.º	Rubrica	2024	2023
1	Prestação de serviços	3.450.000	3.275.000
2	Subsídios, doações e legados à exploração	120.000	100.000
3	Variação nos inventários da produção	3.000	2.500
4	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-210.000	-195.000
5	Fornecimentos e serviços externos	-960.000	-900.000
6	Gastos com o pessoal	-1.280.000	-1.220.000
7	Imparidade de inventários	-2.500	-2.000
8	Imparidade de dívidas a receber	-1.800	-1.600
9	Provisões (aumentos/reduções)	-4.500	-4.000
10	Outros rendimentos	45.000	30.000
11	Outros gastos	-32.000	-29.000
12	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-285.000	-270.000
13	Resultado operacional	773.200	699.900
14	Imposto sobre o rendimento do período	-153.200	-150.900
15	Resultado líquido do período	620.000	549.000

Figura 3 - Demonstração de Resultados ISEG-DFK

AFONSO REIS | IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RISCO INERENTE COM RECURSO À
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Variações nas rubricas do Balanço 2024-2023					
Nº	ATIVO	2024 (€)	2023 (€)	Variação (€)	Análise
1	Ativos fixos tangíveis	4.200.000	4.250.000	▼ 50.000	Depreciação anual superou os novos investimentos.
3	Ativos intangíveis	100.000	95.000	▲ 5.000	Atualização do software de reservas e rebranding.
4	Inventários	85.000	82.000	▲ 3.000	Aumento de stock em amenities e minibar devido ao crescimento da ocupação.
5	Clientes	150.000	145.000	▲ 5.000	Aumento do crédito concedido a operadores turísticos e eventos.
8	Caixa e depósitos bancários	180.000	160.000	▲ 20.000	Boa gestão de tesouraria e resultados positivos reforçaram liquidez.
CAPITAL PRÓPRIO					
12	Resultados transitados	875.000	826.000	▲ 49.000	Transferência do lucro anterior após afetação.
13	Resultado líquido do exercício	620.000	549.000	▲ 71.000	Reflete o bom desempenho operacional do exercício.
PASSIVO					
16	Financiamentos obtidos	1.120.000	1.150.000	▼ 30.000	Amortizações regulares de empréstimos bancários.
17	Outras dívidas a pagar	175.000	162.000	▲ 13.000	Aumento de encargos com fornecedores externos e pessoal a pagar em dezembro.

Variações nas rubricas da Demonstração de Resultados 2024-2023					
Nº	GASTOS/RENDIMENTOS	2024 (€)	2023 (€)	Variação (€)	Análise
1	Prestação de serviços	3.450.000	3.275.000	▲ 175.000	Aumento de ocupação no verão, captação de novos clientes através de agências e eventos empresariais.
2	Subsídios à exploração	120.000	100.000	▲ 20.000	Novos incentivos para investimentos em sustentabilidade energética (painéis solares, reciclagem).
10	Outros rendimentos	45.000	30.000	▲ 15.000	Aluguer de espaços exteriores e parcerias com operadores turísticos aumentaram.
4	Custo de mercadorias e matérias consumic	-210.000	-195.000	▼ 15.000	Aumento do volume de refeições e minibar vendido; custo proporcional ao crescimento das receitas.
5	Fornecimentos e serviços externos	-960.000	-900.000	▼ 60.000	Contratação de novos serviços de manutenção preventiva e investimentos em marketing digital.
6	Gastos com o pessoal	-1.280.000	-1.220.000	▼ 60.000	Reforço da equipa de spa e housekeeping, revisão salarial acima da inflação.
12	Gastos de depreciação/amortização	-285.000	-270.000	▼ 15.000	Entrada em operação de novas áreas (deck de ioga e equipamentos do ginásio).
15	Resultado líquido do exercício	620.000	549.000	▲ 71.000	Melhoria da margem operacional e eficiência fiscal, apesar do aumento de custos.

Figura 4 - Variações nas rubricas de Balanço e Demonstrações de Resultados

Anexo III – Matriz de Risco do Auditor

nº	Designação	Descrição do risco	Asserções	Áreas de impacto nas Demonstrações Financeiras	Ao nível Entidade	Probabilidade Ocorrência	Impacto	Risco Inerente
1	Imparidade dos imóveis	Risco de imparidade do imóvel/hotel da Empresa e dos principais equipamentos - risco de recuperação do investimento realizado através da utilização do imóvel ou pela sua venda	Valorização	Ativos Fixos Tangíveis	Negócio	Baixo	Alto	Médio
2	Taxas de amortização desajustadas	Risco utilização de taxas de amortização desajustadas dos períodos de vida útil razoáveis dos Ativos Fixos Tangíveis	Valorização	Ativos Fixos Tangíveis/ Amortizações exercício	Negócio	Médio	Médio	Médio
3	Imóveis não detidos pela Empresa	Risco da Empresa apresentar nas suas demonstrações financeiras imóveis e/ou viaturas que não sejam detidas/controladas pela mesma para obtenção de benefícios económicos futuros	Existência	Ativos Fixos Tangíveis	Negócio	Baixo	Baixo	Baixo
4	Risco de ocorrência de desastres/ acidentes/ roubos no hotel	Risco de possibilidade de ocorrência de acidentes, desastres naturais, roubos a no hotel/ hotéis e Empresa não apresentar seguros de cobertura dos imóveis	Existência	Continuidade da Empresa	Negócio	Baixo	Alto	Médio
5	Especialização prestação serviços	Risco de incorreto corte de operações de Vendas/ Prestações de serviços - Existência de vendas contabilizadas no ano corrente que não respeitam a esse ano ou vendas realizadas contabilizadas apenas no ano seguinte	Corte	Vendas e serviços prestados/ Outras Contas a receber	Negócio	Alto	Alto	Alto
6	Risco Fraude - manipulação resultados	Manipulação de resultados através do reconhecimento de prestações de serviços em excesso - transações fictícias	Ocorrência	Vendas e serviços prestados/ Outras Contas a receber	Fraude	Alto	Alto	Alto
7	Risco Fraude - manipulação resultados	Risco de serem anuladas Vendas e PS não autorizadas com o objetivo de beneficiar Clientes e/ou desvios monetários (fraude)	Ocorrência	Vendas e serviços prestados	Fraude	Alto	Alto	Alto
8	FSE por contabilizar	Risco de existirem FSE relevantes por contabilizar	Plenitude	Fornecimento e serviços externos / Fornecedores	Negócio	Alto	Alto	Alto
9	FSE por especializar	Risco de existirem FSE relevantes por especializar	Corte	Fornecimento e serviços externos / OCP - Acréscimos custos	Negócio	Médio	Baixo	Baixo
10	FSE fora da operação	Risco de existirem gastos que não estão relacionados com a atividade da Empresa	Ocorrência	Fornecimento e serviços externos	Negócio	Baixo	Baixo	Baixo

Figura 5 - Matriz de risco - perspetiva tradicional

Anexo IV – Matriz de Risco e áreas de risco – Output *ChatGPT*

nº	Designação	Descrição do risco	Assertões	Áreas de impacto nas Demonstrações Financeiras	Ao nível Entidade	Probabilidade Ocorrência	Impacto	Risco Inerente
1	Reconhecimento indevido de receitas	Risco de registar receitas com base em reservas não confirmadas ou antes da prestação efetiva do serviço	Existência / Ocorrência	Vendas e Prestações de serviços	Complexidade dos sistemas de reservas e canais de venda	Alta	Alto	Alto
2	Desvios e fraudes em numerário	Elevada exposição ao risco de desvios de caixa devido a operações em numerário e múltiplos pontos de venda	Valorização	Caixa e equivalentes	Grande uso de numerário e pontos de venda dispersos	Alta	Alto	Alto
3	Imparidades de dívidas	Omissão ou subavaliação de perdas esperadas em contas a receber decorrente de fraco controlo de crédito	Valorização	Clientes e contas a receber	Controlo interno fraco sobre os créditos de clientes	Médio	Alta	Médio
4	Subavaliação de imparidades de ativos fixos	Falhas na identificação de perdas de valor em ativos como edifícios, equipamentos ou obras em curso	Existência / Ocorrência	Receitas operacionais, liquidez	Políticas de CAPEX complexas, projetos em cursos	Médio	Alta	Médio
5	Inventário não refletido corretamente	Risco de perdas ou deterioração de inventários (como alimentos e bebidas) não reconhecidas contabilisticamente	Valorização	Inventários	Armanejamento descentralizado, produtos perecíveis	Alto	Médio	Médio
6	Omissão de passivos contingentes	Ausência de registo de provisões ou contingências relacionadas com litígios, questões fiscais ou operacionais	Apresentação	Provisões	Dependência de pareceres externos, baixa maturidade em reporting	Média	Alto	Médio
7	Cáculo incorreto de remunerações	Erros no processamento salarial, encargos sociais ou provisões por rotatividade elevada e registos manuais.	Valorização	Pessoal e gastos com o pessoal	Rotatividade elevada, processamento de horas manuais	Alto	Médio	Médio
8	Registo indevido de despesas operacionais	Gastos registados fora do período devido, com fornecedores não autorizados ou sem ligação ao negócio	Corte	Fornecedores	Pagamentos a fornecedores com deficiente segregação de funções	Média	Médio	Médio
9	Omissão de eventos pós-fecho	Falta de atualização das demonstrações financeiras para refletir eventos relevantes ocorridos após o fecho do período	Apresentação / Divulgação	Eventos subsequentes	Setor altamente exposto a riscos exógenos (turismo, política, epidemias)	Baixa	Alto	Médio
10	Apresentação incorreta de financiamentos	Risco de classificação incorreta ou omissão de responsabilidades futuras relacionadas com leasing ou empréstimos	Existência	Financiamentos obtidos	Complexidade dos contratos e condições específicas	Média	Alto	Médio

Figura 6 - Matriz de risco - perspectiva *ChatGPT*